



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

**O TRABALHO INFORMAL NA PRAÇA DO CÔCO E EM SEU ENTORNO NA
CIDADE DE MACAPÁ**

**MACAPÁ – AP
2011**

MARIA DOS REMÉDIOS RABELO PEREIRA
RIVANILDO RODRIGUES BASTOS

**O TRABALHO INFORMAL NA PRAÇA DO CÔCO E EM SEU ENTORNO NA
CIDADE DE MACAPÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito final para obtenção do título de Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão.

MACAPÁ – AP
2011

MARIA DOS REMÉDIOS RABELO PEREIRA
RIVANILDO RODRIGUES BASTOS

**O TRABALHO INFORMAL NA PRAÇA DO CÔCO E EM SEU ENTORNO NA
CIDADE DE MACAPÁ**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC apresentado ao Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito final para obtenção do título de Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais, submetido a avaliação da banca examinadora composta pelos seguintes componentes:

Banca Examinadora

Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão – Orientador

Prof^a. Msc. Fátima Lúcia Carrera Guedes Dantas – Examinadora

Prof. Esp. Raimundo de Lima Brito – Examinador

Data da Avaliação

_____/_____/_____

Conceito:_____

MACAPÁ – AP

2011

Eu, Maria, dedico a Deus, a minha mãe e a meu filho.

Eu, Rivanildo, dedico a Deus e aos meus pais Maria de Nazaré e Benedito.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus,

Ao qual devemos tudo, a começar pela vida. Damos graças nesse momento de vitória em nossa jornada, pois ele nos permitiu aprofundar nossos conhecimentos durante toda nossa trajetória acadêmica. Pedimos-te ainda, força para transpor todos os obstáculos na certeza de que ao fim da grande caminhada, alcançaremos mais uma vitória.

Aos Pais,

De vocês que recebemos o dom mais precioso do universo: a vida. Inspiraram-nos a certeza de sua presença e a segurança de seus passos guiando os nossos. Agradecemos pela colaboração e incentivo nas horas difíceis de angústia e insegurança e por saber compreender nossos momentos de ausência. O carinho de suas vozes, a esperança dos seus sorrisos, o conforto de suas lágrimas nos fizeram tão grandes quanto o seu amor por nós. Se nós pudéssemos fazê-los eternos... Eternos nós os faríamos.

A nossa Família,

Que durante a caminhada desses anos nos deram força e compreensão. Hoje apresentamos a conclusão de uma luta: a lágrima mais sentida, a mais intensa alegria, o abraço mais apertado, o beijo mais afetuoso. Acima de tudo, família, oferecemos o nosso amor.

Agradecemos ao Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão,

Por ter caminhado conosco durante a elaboração deste trabalho, pelo exemplo de profissionalismo, amizade, compreensão, respeito, amor pela sua profissão de mestre, pois poucos são mestres, esses serão seguidos. Nossa gratidão e respeito por ter repartido conosco os seus conhecimentos e transformado nossas ideias em realizações.

Aos Professores do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá,

Por terem contribuído para a construção de novos aprendizados/conhecimentos científicos, que foram de fundamental importância para nossa formação acadêmica. Ser mestre não é apenas lecionar ou transmitir matéria, é ser instrutor, amigo, companheiro, é caminhar ao nosso lado nos mostrando os segredos de uma caminhada, é exemplo de dedicação, doação, dignidade pessoal e amor. O nosso muito obrigado aos nossos professores que além de compartilhar suas experiências nos apoiaram na nossa jornada.

Aos nossos Colegas da Turma Ciências Sociais 2007,

*Os amigos conquistados durante a caminhada.... Conhecemos muitos, vivemos juntos tantas horas... Nossas mentes estão repletas de imagens... A sala de aula, o corredor, as provas, as notas baixas, os momentos de descontração, tudo faz parte de nós. E por isso mesmo, nunca vamos esquecer tudo que passamos juntos, os sons de nossas risadas ecoarão até o fim de nossas vidas. Esta é a certeza de que o coleguismo não faz parte somente da nossa vida acadêmica mais a qualquer dia voltaremos a nos encontrar. Agradecemos em especial aos nossos amigos: **Aline Santiago, Carmen Abreu, Cleidilene Rodrigues, Elaine David, Heloísa Nascimento, Jean Vilhena, Jomar Quaresma, Josiane Viana, Luis Batista, Patrícia Camile, Raíssa Vitória, Rosilene Oliveira, Sandro Costa, Sara Penafort e Tatiana Picanço.** Que ficarão para sempre em nossos corações, pela amizade, pelo companheirismo, momentos de distração, nossas risadas, brincadeiras, lágrimas e muito estudo, pois foram cinco anos que se multiplicarão para a vida toda.*

Agradecemos aos trabalhadores da Praça do Côco e aos trabalhadores do seu entorno,

Que nos ajudaram respondendo aos formulários, mesmo tendo que parar seu trabalho em algumas vezes e por isso contribuíram imensamente para o andamento deste trabalho.

“Os sete pecados capitais responsáveis pelas injustiças sociais são: riqueza sem trabalho; prazeres sem escrúpulos; conhecimento sem sabedoria; comércio sem moral; política sem idealismo; religião sem sacrifício e ciência sem humanismo”.

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

Com uma grande variedade de formas de expressão, o trabalho informal tem chamado atenção para um estudo aprofundado na contemporaneidade. Com o intuito de compreender melhor esta questão, o presente estudo vem situando o trabalho como categoria sociológica, bem como fazendo análise de seu processo histórico até chegar à questão social, no que diz respeito ao trabalho informal, perpassando pelo setor informal no Brasil, trabalho informal no Amapá e mais especificamente pelo mercado informal de Macapá e o trabalhador ambulante. Fazendo uma análise do comércio ambulante, nosso estudo teve como objetivo analisar as características socioeconômicas dos trabalhadores da Praça do Côco e do seu entorno, levando em consideração os fatos sociais e econômicos que faz este trabalhador estar na informalidade. A amostra foi composta por 36 trabalhadores dos quiosques fixos e 14 ambulantes que se localizavam no entorno da Praça do Côco na cidade de Macapá. Na condução da pesquisa utilizamos o instrumento formulário com perguntas referentes aos dados pessoais, situação domiciliar, situação do trabalho atual, etc. Assim desta forma, pode-se traçar o perfil deste trabalhador e assim analisar com base nos estudos realizados, o porquê deste exercer esta atividade informal, haja vista que observamos que as políticas públicas produzidas pelo Estado para o setor tropeçam na falta de diálogo com os trabalhadores, cujos planejamentos e estudos feitos em prol dos mesmos acabam por prejudicar suas estratégias de desenvolvimento profissional.

Palavras-Chave: Trabalho Informal, Questão Social, Políticas Públicas.

ABSTRACT

With a variety of forms of expression, informal work has called attention to a thorough study in the contemporary world. In order to better understand this issue, this study has been putting the work as a sociological category, as well as doing analysis of its historical process until you reach the social issue, with regard to informal work, passing by the informal sector in Brazil, work informal in Amapá and more specifically by the informal market and Macapá hobo. Making an analysis of street vendors, our study aimed to analyze the socioeconomic characteristics of workers Coconut Square and its surroundings, taking into account the social and economic facts that makes this work to be informal. The sample consisted of 36 workers from 14 fixed and street kiosks that are located around Coconut Square in the city of Macapá. In conducting the survey instrument used the form with questions relating to personal data, home situation, the current job situation, etc... In effect, one can trace the profile of this worker and thus examine the basis of studies carried out why this exercise this informal activity, given that we observe that public policies produced by the State to stumble in the sector lack of dialogue with workers , whose plans and studies toward the same end up harming their professional development strategies.

Words Keys: Informal Work, Social Matter, Public Policy.

LISTA DE SIGLAS

ACIA – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO AMAPÁ

ALCMS – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA

AMCEL – AMAPÁ FLORESTAL E CELULOSE

ASEA – ASSOCIAÇÃO DOS AMBULANTES AUTÔNOMOS E SIMILARES DO ESTADO DO AMAPÁ

CAEMI - COMPANHIA DE MINERAÇÃO E METALURGIA S/A.

CCQ – CÍRCULO DE CONTROLE DE QUALIDADE

CEA – COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ

CLT – CÓDIGO DE LEIS DO TRABALHO

DETRAN – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ICOMI – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S/A

PC – PRAÇA DO CÔCO

PEA – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

PMM – PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENA E MICROEMPRESA

SETE – SECRETARIA ESTADUAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

SIMS – SECRETARIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

VB – VENDEDORES DE BATATA FRITA

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Antiga Praça Zagury.....	41
Figura 02 – Atual Praça do Côco.....	41
Figura 03 – Quiosques da Praça do Côco.....	42
Figura 04 – Av. Azarias Neto e a Praça do Côco.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Divisão por sexo – PC.....	43
Tabela 02 – O (a) senhor (a) tem filhos? – PC.....	45
Tabela 03 – Alguma outra pessoa na sua família trabalha? – PC.....	45
Tabela 04 – Área de Moradia – PC.....	48
Tabela 05 – Por que o (a) Sr. (a) começou a trabalhar como ambulante? – PC.....	49
Tabela 06 – O seu trabalho como ambulante representa: – PC.....	60
Tabela 07 – O (a) senhor (a) trabalha: – PC.....	51
Tabela 08 – O (a) senhor (a) está procurando outro trabalho? – PC.....	51
Tabela 09 – Por quê? – PC.....	51
Tabela 10 – Sobre o trabalho na PC e em seu entorno, em sua opinião: – PC.....	52
Tabela 11 – O (a) Sr. (a) é filiado (a) em algum sindicato e/ou cooperativa? – PC.....	52
Tabela 12 – O (a) senhor (a) paga alguma taxa de contribuição? – PC.....	53
Tabela 13 – O (a) Sr. (a) faz alguma contribuição para a previdência social? – PC.....	53
Tabela 14 – Divisão por sexo – VB.....	53
Tabela 15 – O (a) senhor (a) tem filhos? – VB.....	55
Tabela 16 – Alguma outra pessoa na sua família trabalha? – VB.....	56
Tabela 17 – Área de Moradia – VB.....	58
Tabela 18 – Por que o (a) Sr. (a) começou a trabalhar como ambulante? – VB.....	59
Tabela 19 – O seu trabalho como ambulante representa: – VB.....	59
Tabela 20 – O (a) senhor (a) trabalha: – VB.....	60
Tabela 21 – O (a) senhor (a) está procurando outro trabalho? – VB.....	60
Tabela 22 – Sobre o trabalho na PC e em seu entorno, em sua opinião: – VB.....	61
Tabela 23 – O (a) Sr. (a) é filiado (a) em algum sindicato e/ou cooperativa? – VB.....	61
Tabela 24 – O (a) senhor (a) paga alguma taxa de contribuição? – VB.....	61
Tabela 25 – O (a) Sr. (a) faz alguma contribuição para a previdência social? – VB.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Local de Nascimento – PC.....	43
Gráfico 02 – Estado Civil – PC.....	44
Gráfico 03 – O (a) senhor (a) se considera de que cor? – PC.....	44
Gráfico 04 – Quantos filhos o (a) senhor (a) tem? – PC.....	45
Gráfico 05 – Quem é a pessoa que trabalha? – PC.....	46
Gráfico 06 – Posição do ambulante na família – PC.....	46
Gráfico 07 – Até que série o (a) senhor (a) estudou? – PC.....	47
Gráfico 08 – Condições de Moradia – PC.....	47
Gráfico 09 – Tipo de Moradia – PC.....	48
Gráfico 10 – Qual é a média de renda mensal da família? – PC.....	48
Gráfico 11 – Há quanto tempo o (a) Sr. (a) está trabalhando como ambulante? – PC....	50
Gráfico 12 – Local de Nascimento – VB.....	54
Gráfico 13 – Estado Civil – VB.....	54
Gráfico 14 – O (a) senhor (a) se considera de que cor? – VB.....	55
Gráfico 15 – Quantos filhos o (a) senhor (a) tem? – VB.....	55
Gráfico 16 – Posição do ambulante na família – VB.....	56
Gráfico 17 – Até que série o (a) senhor (a) estudou? – VB.....	57
Gráfico 18 – Condições de Moradia – VB.....	57
Gráfico 19 – Tipo de Moradia – VB.....	57
Gráfico 20 – Qual é a média de renda mensal da família? – VB.....	58
Gráfico 21 – Há quanto tempo o (a) Sr. (a) está trabalhando como ambulante? – VB...59	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. O TRABALHO COMO CATEGORIA SOCIOLOGICA	18
1.1 – PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO.....	18
1.2 – TRABALHO INFORMAL: UMA QUESTÃO SOCIAL.....	24
2. O TRABALHO INFORMAL	30
2.1 – O SETOR INFORMAL NO BRASIL.....	30
2.2 – O TRABALHO INFORMAL NO AMAPÁ.....	33
2.3 – MERCADO INFORMAL DE MACAPÁ E O TRABALHADOR AMBULANTE.....	37
3. O TRABALHO INFORMAL NA PRAÇA DO CÔCO: ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA ÁREA DE ESTUDO	41
3.1 – HISTÓRICO DA PRAÇA DO CÔCO.....	41
3.2 – ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS DOS TRABALHADORES.....	42
3.3 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRABALHO INFORMAL.....	62
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Ao se falar de trabalho informal, para melhor compreensão, temos que situar as mudanças no mundo do trabalho, e assim analisarmos a categoria trabalho nas relações sociais construídas historicamente. Seguindo esta lógica, percorremos o estudo desta categoria através da categorização sociológica e situando seu processo histórico, a fim de que as expressões da questão social sejam de fato vistas nesta sociedade, como resultado da acumulação de capital que produz as desigualdades sociais, e que precisam ser enfrentadas a partir de políticas sociais públicas que dê conta da realidade.

Surge então neste contexto, no decorrer da academia o interesse em estudar a realidade de vida e de trabalho dos trabalhadores informais do Estado do Amapá, pois sabemos que estes são reflexos da desigualdade do sistema capitalista, pois estão à margem de oportunidades no mercado formal. E ainda assim, não são vistos como fomentadores da economia local pelo poder público, mesmo assim, são os responsáveis pelas redes sociais baseadas nos sistemas de troca, comercialização, prestação de serviços da cidade.

Após o período de estudo bibliográfico, com autores que abordam esta temática, pode-se refletir e ter uma compreensão diferenciada acerca do trabalho informal e das questões que advêm da informalidade. Nesse sentido, este trabalho busca questionar quais fatores que levam a esses trabalhadores a estar no trabalho informal? Qual a realidade de vida e de trabalho dos trabalhadores informais?

Desta forma, situamos no primeiro capítulo o trabalho como categoria sociológica, abrangendo seu processo histórico, através do domínio forte do capitalismo, que com os grandes avanços tecnológicos e científicos, houve a substituição do trabalho humano pelo trabalho das máquinas, acarretando no aumento de desemprego e nas maneiras informais de sobrevivência, o que nos faz chegar até a questão social do trabalho informal.

Ressaltamos no segundo capítulo, que a questão social enquanto expressão deste sistema excludente também se encontra no fenômeno do trabalho informal. O que nos levou a pesquisar o trabalho informal no Brasil, bem como seu setor informal, e mais especificamente, a nossa realidade, o trabalho informal no Amapá, mais particularmente o mercado de Macapá e o trabalhador ambulante.

No terceiro e último capítulo, a análise dos dados da pesquisa irão complementar o percurso traçado sob a luz das explicações teóricas, na medida em que buscamos compreender a dinâmica do comércio informal na PC e em seu entorno, e como esse trabalhador ambulante está inserido. Desta forma, observamos ao final do estudo que a mão de obra desses trabalhadores explica o fenômeno da informalidade, na medida em que eles afirmam no decorrer da pesquisa que é mais vantajoso estar na informalidade.

A presente monografia se propõe a responder aos questionamentos iniciais, e assim traçar o perfil da realidade socioeconômica dos trabalhadores da Praça do Côco e dos trabalhadores do seu entorno. Em termos de métodos de pesquisa, utilizou-se uma abordagem quanti-qualitativa, pela necessidade de se descrever as características do fenômeno ao qual iremos nos reportar, sob fundamento no materialismo histórico dialético, que visa à compreensão da totalidade dos sujeitos.

Desta maneira, a coleta de dados ocorreu entre junho e julho de 2011, através da aplicação do instrumento formulário que foi destinado a uma amostra de 36 trabalhadores dos quiosques da Praça do Côco, e 14 ambulantes vendedores de batata frita, que se encontravam no local da pesquisa. Os dados foram tabulados, comparados e analisados através de gráficos e tabelas, na análise tomou-se como referência a perspectiva crítica.

Uma das dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa foi na aproximação com os trabalhadores, pois este processo exigiu em um estabelecimento de uma relação de confiança, pois eles por hora acreditavam que a pesquisa fosse feita para os agentes do poder público que teriam condições de agir com um maior rigor, caso houvesse alguma irregularidade no exercício de seus trabalhos. Contudo, passado a dúvida quanto à origem da pesquisa, o estabelecimento da confiança, possibilitou respostas sinceras, porém, um tanto receosas, mas que refletem um comprometimento maior em conhecer os indivíduos que se submetem à nova realidade social do trabalho.

Outro ponto de dificuldade foi na obtenção de dados empíricos sobre o mercado informal de trabalho junto às autoridades competentes, uma vez que, tanto o SEBRAE, quanto a PMM, apenas nos orientou a pesquisar em seus sites, visto que, não teriam ou não poderiam disponibilizar esses dados acerca dos trabalhadores da Praça do Côco e de seu entorno.

No decorrer da análise bibliográfica foi possível situarmos o quanto estes trabalhadores estão presentes na sustentação da economia capitalista, mesmo que de forma “invisível” para o Estado. Salientamos que esta pesquisa vem ao encontro das atuais discussões no cenário científico e político sobre o trabalho informal. Por isso propomos fazer um recorte da realidade socioeconômica em que vivem os trabalhadores da Praça do Côco e de seu entorno, considerando que este espaço é de grande circulação de indivíduos, se localiza na frente da cidade, no Complexo Turístico Beira Rio, ou seja, é um forte atrativo turístico, onde as pessoas, principalmente visitantes e turistas, podem usufruir de espaços que reúnam lazer, entretenimento, artesanato e alimentação, entre outros serviços podendo gerar fomentos para a economia do Estado. Objetivamos ainda contribuir para que em nosso Estado haja formulação de políticas públicas que dê conta da realidade e necessidades desses trabalhadores.

1. O TRABALHO COMO CATEGORIA SOCIOLOGICA

1.1 PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO

O homem atua sobre a natureza, adaptando-a as suas necessidades, e nesse processo converte a matéria-prima em instrumentos de trabalho para facilitar suas tarefas. Num primeiro momento, os instrumentos eram fabricados para se adaptar aos seres humanos e ao seu ritmo de trabalho. Porém, com o desenvolvimento da produção e de novas tecnologias, o homem teve que se adaptar ao ritmo das máquinas. Assim em um primeiro instante, as novas tecnologias proporcionaram a desvalorização do braço humano. Em seguida, a própria capacidade intelectual foi também suprimida do trabalho.

As mudanças no mundo do trabalho nas últimas décadas seguiram o ritmo do excesso de produção e superprodução do capital culminando em constantes crises. Sendo que a partir da crise de 1929, a qual atingiu diversos países capitalistas do mundo, o capitalismo exigiu transformações nos modelos de produção, para que os novos processos de produção capitalista retomassem o ciclo de reprodução.

Esta compreensão é analisada por Antunes (2005):

Sua intensidade foi tão profunda que levou o capital a desenvolver práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada [...]. Esta crise fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo de reprodução e que [...] afetou fortemente o mundo do trabalho (ANTUNES, 2005, p. 168).

No decorrer dos tempos o processo de reestruturação produtiva para atender as exigências do mercado, vem modificando o campo da organização produtiva, ao introduzir novos padrões de produção com vistas à superação das crises cíclicas do capitalismo. Como resposta a crise do padrão fordista/taylorista/keynesiano, o sistema capitalista reinventou novas formas para sua sustentação alterando não só suas técnicas, mas também as relações de trabalho e a sua maneira de reproduzir.

Nas técnicas produtivas a “reestruturação produtiva pode ser definida como a substituição de antigas por novas combinações de bens, serviços, fatores de produção e mercados” (Gomes, 2006 p. 34). Conhecida como a 3ª Revolução Industrial este processo permitiu o progresso informacional entre as economias globais, o avanço científico, e, sobretudo a substituição intensa da mão de obra humana pela maquinaria, a

partir da utilização das novas tecnologias na esfera produtiva, assim como a inserção de novos métodos de produção tais como automação, a robótica e a microeletrônica, que foram pensadas para dar todo o apoio à produção fazendo com que diversos postos de trabalho fossem substituídos.

Os progressos tecnológicos permitiram no âmbito organizacional nos últimos anos uma crescente iniciação de novas técnicas de produção mais avançadas que ocasionaram diminuição de produtos com demandas em estagnação, aumento daquelas com maior procura, racionalização dos custos sociais, sendo responsável por uma série de mudanças no mundo do trabalho e essa reestruturação produtiva possibilitou também, a partir da introdução de novos processos de trabalho, o aumento do desemprego, e alterações nas relações sociais.

Além disso, para Harvey o processo da acumulação flexível tornou-se o “sustentáculo de um reordenamento econômico, político e social que se traduz em novos padrões de acumulação e de sociabilidade” (ABREU, 2002, p. 32).

Devido a essas transformações que ocorreram, existiram alterações no mundo do trabalho, elas afetaram a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora, nesse momento houve a perda da consciência da classe trabalhadora. Antunes (2005, p. 14) se reporta que com a intensificação da exploração da força de trabalho, houve prejuízo significativo da organização social dos trabalhadores em sindicatos, e também a diminuição do emprego regular, que culminou com a adesão da flexibilização na esfera de produção, e à terceirização dos serviços.

Em meio a diversos fatores, houve demasiada substituição do trabalho vivo para a inclusão do trabalho morto.

A partir da transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, através dos computadores, acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto (ANTUNES, 2005, p. 13).

Há também os discursos das grandes empresas de “qualidade total”, reengenharia, Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), eliminação do desperdício, “gerencia participativo”, sindicalismo de empresa, entre outros. (ANTUNES, 1999, p. 23).

As novas modalidades de controle do capital sobre o trabalho exigem um conjunto de reformas institucionais para fazer com que os trabalhadores acreditem estar contribuindo para o crescimento da empresa e dos lucros.

Porém, segundo Antunes isto se torna uma “falácia”, pois nos CCQ ocorre que:

Grupos de trabalhadores que são incentivados pelo capital para discutir o trabalho e desempenho, com vista a melhorar a produtividade da empresa. Em verdade, é a nova forma de apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo Capital (ANTUNES, 1999, p. 23).

Essa situação não foi diferente no Brasil, a inserção dos padrões pautados na reengenharia trouxe para o mundo do trabalho novas técnicas de produção, com custos baixos, redução do proletário fabril estável. Nasce assim, a presença do “novo proletariado”, mas conhecidos como os “terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo” (ANTUNES, 1999, p. 24).

Há, então, o retorno ao trabalho alienado (estranhado) ao qual se encontra interiorizado nas organizações produtivas, nas estruturas sociais, metamorfoseado as exigências do capital. Nesse momento essas transformações refletem no mundo do trabalho, e segundo Antunes (1999).

Há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado, onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 25).

Observa-se assim, o quanto a classe trabalhadora “fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais” (Antunes, 1999, p. 41), com a reestruturação produtiva, visto que de um lado têm-se trabalhadores polivalentes e de outro uma massa de trabalhadores precarizados, que não se adequaram ao processo tecnológico. Estes fazem parte das estatísticas do desemprego estrutural que aflige principalmente os países periféricos, como no caso do Brasil.

Nessa nova realidade encontramos segundo Antunes (1999):

Uma classe trabalhadora dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 25).

Dessa maneira é que compreendemos melhor o quanto o capitalismo através do ideário neoliberal quer homogeneizar sua dominação, no entanto sempre deixando as margens da sociedade, aqueles que são desprovidos do conhecimento para ingressarem no mercado de trabalho. Refletindo-se nas novas configurações do mercado de trabalho capitalista que se engendrou na realidade brasileira mais exatamente entre o século XIX e XX.

Assim, o mercado de trabalho neste novo panorama vem a ser regulado através dos contratos de trabalho e também pela interferência do Estado na economia. Assim, Sena (2002) se reporta que “o mercado de trabalho é regulado pelas normas definidas pelo Estado. Assim, o trabalho se constitui na relação social fundamental em torno da qual se articula o chamado contrato social” (SENA, 2002, p. 37).

De acordo com Sena (2002) entende-se que:

O mercado de trabalho tem suas características definidas pelas condicionantes históricas e institucionais do capitalismo em uma determinada formação social, isto é, as relações entre capitalista e trabalhadores são influenciadas pelas condições históricas do capitalismo (SENA, 2002, p. 33).

Percebe-se que a relação existente entre trabalhadores e o capitalismo, origina-se na da condição histórica de formação do capitalismo. Considerando a autora, não existe mercado de trabalho puro, decorrente da livre demanda e oferta da força de trabalho entre capitalista e trabalhadores.

Segundo Sena “é preciso incorporar as forças oriundas da Institucionalização do Estado, é preciso imbricar importância aos parâmetros exercidos pelas ações dos contratos de trabalho, do estímulo das atividades produtivas” (SENA, 2002, p. 33).

Partindo desse contexto, compreende-se que a demanda do sistema capitalista é quem exerce força exógena sobre o mercado de trabalho no modelo capitalista de produção. Este ao precisar de técnicos especializados, qualificados para executar os níveis mais especializados, cria demandas de trabalho para preencher suas necessidades. Assim como elimina formas de trabalho que não seguem suas revoluções.

Historicamente, o capitalismo tem se desenvolvido de forma distinta em cada formação social, isto é, dependendo do seu momento e suas especificidades, este pode extinguir atividades não capitalista e erguer em seu lugar formas mais adiantadas, assim como busca nutrir formas antigas e subordinadas de produção em função do seu interesse, como as pequenas economias fomentadoras do grande capital.

Compete então notar como exposto anteriormente, que é o capital quem influencia na demanda de trabalho, pois para ele as atividades produzidas no mercado de trabalho devem estar adaptadas às normas capitalistas para ser ditas como legais, sendo definidas pelo Estado. Contudo, aparece nesta contradição à abertura do setor informal que também é responsável pela efetivação do capital, assim como do trabalhador em situação de desemprego.

Os efeitos da mundialização da economia são sentidos no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que aumenta a dominação capitalista também cresce a desigualdade, aumenta o desemprego, a precariedade das relações de trabalho, e, sobretudo a contenção salarial do trabalhador. Para os neoliberais a criação do exército de reserva, fez com que o trabalhador se torne ainda mais subalternizado.

Assim neste contexto, ressaltamos Netto (2006) que analisa o desenvolvimento do capitalismo industrial e a mudança estrutural proposta. Assim afirma, “o capitalismo no século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, com incidência necessária na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que o envolvia” (NETTO, 2006, p.19).

Com o advento da globalização, o mercado determinou toda a estrutura econômica que hoje se reflete no social, na questão do trabalho, em todos os países em todas as classes sociais. As mudanças econômicas na qual Netto (2006) se refere, trata-se das relações sociopolíticas, para a mundialização da economia, de pactos econômicos, das fusões e aquisições de empresas. E nesse modo de acumulação fazem parte os bancos, companhias de seguro e várias formas de investimentos e finanças. Processo este que segundo Iamamoto, “passou a comandar o conjunto da acumulação, configurando um específico meio de dominação social e política do capitalismo com suporte internacional” (IAMAMOTO, 2008, p. 108).

Recentemente, nos novos modelos de acumulação econômica estão presentes os protagonistas que comandam o capital e as novas formas multifacetadas de extração da mais-valia. Por isso, a desregulamentação do capital vem afetar de maneira considerável o mundo do trabalho e a esfera social.

Observamos que uma demonstração dessa questão é a redução dos tributos pagos pelas empresas, o aumento da dívida pública com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e ainda o corte nas políticas sociais. Sendo que quem irá

sofrer com o impacto dessas mudanças será a classe trabalhadora que recebe um salário mínimo e também aqueles que vivem abaixo da linha da pobreza, que não tem nenhuma garantia fixa para subsidiar suas necessidades básicas. Enfim, ainda tem os impostos imbricados nos produtos alimentícios consumidos e entre outros, que não são designados para políticas de geração de renda que oferecem oportunidades de trabalho.

Com o surgimento da modernidade, altera-se a estrutura social, das relações de trabalho, na política, na família, na sociedade como um todo. Na esfera organizacional, ocorre à tendência excludente do mercado, observada comumente nas grandes empresas, quando na seleção de pessoal desqualifica o trabalhador ao exigir uma multifuncionalidade para executar várias tarefas ao mesmo tempo, visando exclusivamente o acréscimo nos lucros.

Segundo Iamamoto (2008), ocorre que:

Essa busca pela intensa lucratividade das empresas baseia-se no capital estrangeiro, que impõem novos padrões para a ampliação da taxa de exploração, que caracterizadas como políticas de gestão, do estímulo a competitividade entre os trabalhadores. O trabalhador é qualificado como multifuncional, deverá executar varias atividades, com competências e conhecimentos em diversas funções. No entanto, sem aumento no salário (IAMAMOTO, 2008, p. 113).

Nesse contexto de cobranças torna-se mais difícil à organização sindical desses trabalhadores, haja vista que o trabalho vem sendo executado sem garantias de contratação, e ainda de forma precária, esses fatores permitem ainda mais a perda do real sentido do trabalho, sendo que ao indivíduo restou-lhe uma saída para sua sobrevivência de forma “clandestina” recorrer ao trabalho informal, e assim desenvolver esta atividade laborativa como forma de garantir minimamente a subsistência de sua família.

Com essa perspectiva, a questão social está relacionada ao processo de exclusão, na falta de oportunidades para o acesso ao mercado de trabalho formal, e nas estratégias do trabalhador garantir à subsistência de forma incerta nesta sociedade capitalista. Assim, podemos compreender que “a questão social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2004, p. 27).

1.2 TRABALHO INFORMAL: UMA QUESTÃO SOCIAL

O Brasil abriga um imenso contingente de trabalhadores cujas atividades encontram-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público, constituindo o chamado setor informal. Atualmente, os trabalhadores informais representam quase a metade da população, embora o crescimento do desemprego seja um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da informalidade, ele não é o único. Nos últimos anos, o Brasil vem passando por mudanças em seu perfil produtivo, tendo enfraquecida sua capacidade industrial e convertendo-se num país prestador de serviços. A essa mudança estrutural correspondem alterações no mercado de trabalho – e o aumento da informalidade é uma de suas conseqüências mais visíveis.

Em nosso país a condição de cidadania não é universal e está anexa ao modo de inclusão dos indivíduos no mercado de trabalho. A ruptura do vínculo empregatício formal representa, na prática, a perda de direitos e benefícios sociais. Ao ingressar no setor informal, os trabalhadores se resumem numa espécie de “cidadãos de segunda classe”, perdendo inclusive o acesso a direitos garantidos pela Constituição Brasileira.

Num contexto histórico brasileiro, o entendimento popular de "trabalho informal" deriva da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada. Por algum tempo, o contrato por tempo indeterminado previsto na CLT era praticamente a única opção disponível para as empresas do setor privado. No Brasil, as mudanças legais recém-criadas tiveram impactos limitados, seja por serem bastante inspiradas no padrão CLT, seja por sua aplicação ainda reduzida. De todo modo, os padrões contratuais da "informalidade" são muito mais diversos, e, apesar disso, pouco discutidos, salvo em estudos sobre categorias ou segmentos informais específicos (ANTUNES, 2005, p. 45).

A informalidade tem recebido diferentes tratamentos, desde os que admitem o trabalho informal como a salvação da nova economia até os que vêem nele uma grave ameaça à ordem social. No início do século XX, começou a se desenvolver o mercado de trabalho, no sentido moderno do termo, como a formato predominante de produção de bens e serviços. Durante as primeiras três décadas, o trabalho transformou-se num elemento livremente negociada, já que leis e contratos coletivos eram quase inexistentes. Durante as décadas de 1930 e 1940, o corporativismo do Estado de Vargas estabeleceu um amplo Código de Leis do Trabalho, o qual marcou o mercado

nacional por todo o século. A partir de então, as informações de "formalidade" e "informalidade" foram pouco a pouco sendo construídas. As estatísticas indicam um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado, sobretudo por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos (NORONHA, 2003).

A legislação do trabalho constituía, de maneira cada vez mais particularizada, quais eram as regras mínimas de relações de trabalho justas. Salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais e muitos outros direitos foram definidos por lei. Acordos coletivos tiveram um papel bastante secundário nesse processo. Muitos direitos sociais também foram garantidos aos trabalhadores, aqui entendidos como trabalhador formal. Os servidores públicos foram os primeiros beneficiários dos contratos de trabalho formais e, conseqüentemente, dos direitos sociais a ele associados. Gradualmente, os trabalhadores urbanos não industriais foram incorporados.

Wanderley Guilherme dos Santos descreveu essa história como “a do desenvolvimento de uma ‘cidadania regulada’, isto é, um processo no qual as diversas categorias de trabalhadores obtiveram direitos sociais (e do trabalho) de acordo com sua posição no mercado”. Entre as grandes categorias, uma das últimas a obter sua "cidadania" foi a dos trabalhadores rurais na década de 1960. Assim, especialmente a partir de 1930, o mercado de trabalho brasileiro e as questões do subemprego ou da "informalidade" só podem ser entendidos como resultados (PASTORE, 2005).

Na década de 70, o perfil do mercado de trabalho já era nitidamente dual: a maioria dos trabalhadores industriais havia sido incorporada ao mercado formal, bem como expressiva parte dos trabalhadores do âmbito de serviços. Além disso, o processo simultâneo de urbanização diminuiu de modo expressivo, em poucas décadas, o número de trabalhadores rurais, os quais se deparavam primeiro no mercado de trabalho "informal", ou em outras relações não propriamente contratuais de trabalhos familiares, em economias de subsistência e com práticas "contratuais" tradicionais (SUISSO, 2006).

A invenção peculiar da carteira de trabalho teve variados significados simbólicos e práticos. Durante muito tempo funcionou (e marginalmente ainda funciona) como uma verdadeira carteira de identidade ou como comprovante para a garantia de crédito ao consumidor, prova de que o trabalhador esteve empregado em "boas empresas", de que é "confiável" ou capaz de permanecer por muitos anos no mesmo emprego. Hoje, seu significado popular é o compromisso moral do

empregador de seguir a legislação do trabalho, embora, de fato, não haja garantia, pois os empregadores podem, na prática, desprezar parte da legislação e os que não assinam podem ser processados. De todo modo, a assinatura em carteira torna mais fácil ao empregado a comprovação da existência de vínculo empregatício. Enfim, popularmente no Brasil, ter "trabalho formal" é ter a "carteira assinada".

Até o final dos anos de 1980 a "informalidade" (ou o subemprego) era percebida principalmente como um problema endêmico pela maioria dos especialistas. Porém, as mudanças das décadas anteriores levaram os especialistas e políticos a prever uma expressiva redução do mercado "informal". Predominava a suposição de que a "informalidade" (ou o subemprego) era um legado de uma economia semi-industrializada, cujo fim era uma questão de tempo e desenvolvimento (LIMA, 2006, p. 303).

Para caracterizarmos o mercado de trabalho brasileiro no século XX faz-se necessário reportar-nos ao século XIX, em que a economia cafeeira predominou a partir da excessiva utilização da mão de obra escrava. Com a proibição da escravidão a economia brasileira passou utilizar a mão de obra assalariada, neste período à economia cafeeira teve seu papel importante para o acúmulo de capital no país. O capital proveniente dessa economia conjuntamente com capitais estrangeiros foram fatores preponderantes para o processo de industrialização. Neste período fatos históricos mundialmente determinam as relações políticas e econômicas que irão nortear a economia brasileira (LIMA, 2006, p. 310).

Nesse contexto, a economia do país recebia grandes incentivos do capital estrangeiro, o que contribuiu para o mercado de trabalho brasileiro se estruturar a partir da inserção dos modelos capitalistas de produção a partir dos anos 1940, onde este passou por uma configuração, caracterizada pela elevação da taxa de assalariamento formal e a redução do desemprego até os anos 1970 (LIMA, 2006, p. 307).

Em 1945, a produção no país era de bens de consumo duráveis, a mão de obra utilizada era a imigrante. Nesse período da inserção da mão de obra estrangeira acontecia em função do preconceito de empregar o escravo que trabalhava anteriormente de graça, só que agora teriam que pagar um salário a eles. Ao ex-escravo não lhe restou muito, era ainda considerado um atraso para a economia (SUISSO, 2006).

No Governo de Vargas o país passava pelo período da Guerra Fria, onde havia a dualidade política entre Estados Unidos e União Soviética. Esses fatores influenciaram a dinâmica global, vindo a explicar o interesse Americano na expansão do modelo capitalista e justificar o expressivo investimento do capital estrangeiro em economias subdesenvolvidas como a do Brasil. O país passou por intenso investimento em infra-estrutura e expansão do parque Industrial. O desenvolvimento do projeto Varguista de Industrialização foi caracterizado pelo nacionalismo econômico, ou seja, a presença do Estado como grande agente no incentivo e execução da Industrialização (SUISSO, 2006).

Nesse período, novamente ocorre o aparecimento do capital estrangeiro enxertando investimento na economia do Brasil. A característica da Indústria no Governo Juscelino Kubitschek era de bens duráveis, resultantes da política do plano de metas, que tinha a pretensão de fazer o crescimento do país em tempo recorde dos 50 anos em cinco. Nesse governo o país concentrou uma alta dívida externa (SUISSO, 2006).

De acordo com Rego; Marques (2003, p. 115), o milagre econômico também foi considerado um contraste, pois enquanto permeava-se a idéia de crescimento econômico aumentavam-se na mesma proporção as crises sociais, principalmente a concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população. Assim podemos esclarecer que o forte crescimento na produção não atingia o setor social. Alguns dirigentes desse governo diziam segundo os autores “a economia ia bem, mas o povo ia mal”.

No início da década de 70 entra em cena o Governo Geisel com o plano do desenvolvimento econômico. Tinha como desafio e objetivo dar continuidade no crescimento econômico do plano de metas. No entanto, a economia brasileira continuava dependente do capital externo, dependia do petróleo, produtos químicos, fertilizantes etc. Esta política econômica era considerada mais ampla que a do Governo Juscelino Kubitschek (SUISSO, 2006).

No período de 1983 a 1984, a crise parecia estabilizada, no entanto, em 1987 com o fracasso do plano cruzado e a moratória da dívida externa esta volta a ser extremamente expressiva, pois, “as máximas de desvalorização de 1979 e 1983 foram responsáveis pela evolução do patamar inflacionário de mais ou menos 100% para 200% ano” (REGO; MARQUES, 2003, p. 164).

Nesse período, a inflação toma patamares antes nunca vistos, pois crescia consideravelmente sendo medido em termos mensais e não anuais. Na segunda metade dos anos 80 a inflação subiu de 20% ao mês para 640% ao ano. No fim dos anos 80 e início dos anos 90, o país passou por uma superinflação, devido à inflação herdada dos anos anteriores (SUISSO, 2006).

Nesse momento o emprego industrial perde seu valor no conjunto de ocupação, ocasionando uma expressiva redução nos postos de trabalho e na qualidade do emprego, sendo que era a indústria a maior mantenedora do mercado formal no Brasil. E com a extinção de muitos postos de trabalho, o mercado de trabalho passou por uma desestruturação, onde o desemprego estrutural, também chamado de desemprego tecnológico, contribuiu para que muitos trabalhadores fossem dispensados de seus postos de trabalho com a chegada das tecnologias informacionais no início dos anos 90 (SUISSO, 2006).

Dessa forma, a desestruturação do mercado do trabalho no Brasil foi caracterizada não só pelo desemprego, mas ainda pelas formas precárias de inserção no mercado. Mendonça (2003) ressalta várias situações para ocorrer uma desestruturação no mercado de trabalho, sendo que uma delas é a baixa taxa de crescimento econômico, abertura comercial e financeira desregulada, crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), perda da seriedade do emprego industrial, inovação tecnológica, privatização e terceirização de atividades e a queda do investimento no setor público.

Segundo Mendonça (2003), a década de 90 marcou intenso período de recessão e estagnação econômica que afetou o mercado de trabalho. Nesse período com o decréscimo no setor econômico as empresas criaram novas formas para se manter através dos cortes nos custos de produção, redução de funcionários para continuarem no mercado.

Por esse motivo as taxas de desemprego cresceram ainda mais, com a recessão econômica e a crise do capital ao longo da década de 90, quando se buscava o tão sonhado desenvolvimento econômico do país, observa-se que entre 1996 e 1999 nas regiões metropolitanas o desemprego vem a atingir 14% da força de trabalho, ou seja, 7,23 milhões de desempregados no país. De acordo com Clemente (2000) as taxas de desemprego nas regiões mais afetadas pela crise, possibilitaram um novo

fluxo migratório para as principais cidades do país, onde grandes partes dos que estavam fora do mercado de trabalho ali se instalaram.

Nesse cenário tais modificações no mercado de trabalho apenas vêm a confirmar este novo padrão de estrutura produtiva definida pelo sistema capitalista, que exclui tanto os trabalhadores formais, que criam estratégias de manutenção, assim como reduz os direitos dos trabalhadores, deixando-os mais sujeitos e dependentes de se manter na empregabilidade desta nova fase do mundo do trabalho. Desse modo, os atuais desempregados vão em busca de novas formas de trabalho para se manter neste mercado capitalista.

No que tange a novas formas de trabalho, podemos falar de Economia Solidária, que é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Preconiza o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista (SINGER, 2000 p. 138).

Além disso, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável; vale ressaltar: a Economia Solidária não se confunde com o chamado "Terceiro Setor" que substitui o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos (SINGER, 2000 p. 139).

Devido ao exposto, no que diz respeito ao mundo do trabalho, seu processo histórico, sua categorização, e suas peculiaridades que advêm do desmembramento de sua estrutura funcional, pode-se alcançar o cerne da questão do trabalho informal, ao qual nos reportaremos com maior clareza e detalhamento no capítulo seguinte.

2. O TRABALHO INFORMAL NO BRASIL

2.1 O SETOR INFORMAL NO BRASIL

O debate acerca da informalidade no Brasil vem se acentuando desde as décadas de 70 e 80, dentro da produção capitalista e das transformações nos processos de trabalho da década de 90, período este que o país encontra-se em recessão econômica marcado pela era neoliberal, acelerando o processo de privatizações, desregulamentação do mercado, desemprego, e o aumento da dívida externa.

Ainda nos anos 80, as atividades informais eram realizadas por idosos, analfabetos, ou aqueles de baixo grau de escolaridade, características estas de países de Terceiro Mundo. Porém, a partir da década de 80 “a informalidade deixa de ser uma especificidade das economias periféricas para se manifestar como um fenômeno crescente nos países centrais” (GOMES, 2006, p. 218).

Seguindo neste sentido, o trabalho informal vem acompanhando a intensificação do processo de reestruturação produtiva, quando se intensifica a diminuição do emprego industrial e a substituição da força de trabalho humana pelas novas tecnologias de produção, tendo ainda a questão do desemprego como favorável a expansão da informalidade no país. Segundo Gomes (2006, p. 35), “as tendências recentes de reestruturação produtiva têm significado a redução drástica de postos de trabalho que não vêm sendo substituídos pela criação de investimentos públicos e privados que permitam a geração de empregos”.

Dessa maneira, aumenta cada vez mais a quantidade de trabalhadores sendo despejados por não ter qualificação, ou então se submetendo em empregos precários, sem nenhuma garantia, como no caso dos trabalhadores autônomos. Haja vista, que o acesso ao emprego formal estava cada vez mais competitivo.

Diante disso, acontece que muitos que se encontram fora do mercado acabam segundo Tavares (2004) reinventando novos espaços de trabalho.

Como decorrências desse grande volume de desempregados, proliferam cooperativas, empresas familiares, trabalho domiciliar, micro e pequenas empresas. Estas formas de trabalho comumente identificadas com a independência, a autonomia e a ação espontânea promovem, ao contrario, mecanismos pelos quais trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais (TAVARES, 2004, p. 18).

Em presença desse contexto, a tendência atual do padrão de acumulação capitalista é de flexibilizar, explorar o trabalhador de maneira que este acredite não estar sendo explorado, pois a inserção das atividades informais no mercado sustenta ainda mais o processo de extração da mais-valia, indiretamente, haja vista, que as atividades informais respondem tanto a lógica de funcionamento do sistema, assim como a necessidade dos trabalhadores proverem seu sustento.

Em suma, conclui-se pela análise de Sena (2002, p. 47) que:

O Setor Informal e, conseqüentemente, o mercado de trabalho informal deve ser então, analisado no interior das relações capitalistas de produção que se desenvolvem na economia, em especial da relação capital/trabalho. Essa contradição existente é inerente ao funcionamento do sistema, em que os trabalhadores não possuem os meios materiais que possibilitem a sua existência e reprodução e são obrigados a desenvolver atividades produtivas informais, quando não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal, ou a permanecer desempregados.

Seguindo a mesma linha de pensamento Tavares ressalta a respeito do fenômeno da informalidade e suas relações com a formalidade, e considera.

O que antes era atrasado e não fazia parte da organização capitalista de produção, agora, em alguns casos, cumpre funções do trabalho coletivo. Ou em outras palavras, o que era problema, agora é solução. A coexistência do trabalho informal com o formal, sob mediações que ocorrem nas esferas da circulação e da produção, cumpre o papel de alcançar o objetivo capitalista. (TAVARES, 2004, p. 21).

Visto que um destes objetivos é sempre ter o exército de reserva, para conservação do processo de acumulação capitalista. No momento em que grande parcela da população que se dirige ao setor informal por não conseguir acesso ao setor formal, pelas dificuldades de conseguir um emprego de carteira assinada com garantias de proteção social, acabou ingressando nas mínimas condições de trabalho que o setor informal oferece, dentre eles a baixa remuneração.

Desta maneira, Gomes (2006, p. 217), entende que:

As mudanças no mundo do trabalho contribuem para a expansão do setor informal da economia e das atividades desenvolvidas por trabalhadores ambulantes, aprofundando os vínculos entre setor formal e informal, exigindo novas estratégias de luta para a transformação de suas condições de vida.

Assim, os trabalhadores desenvolvem atividades em condições precárias para a geração de sua renda, pois, o poder público não possibilita alternativas, principalmente

aqueles que não tiveram acesso à escolarização, e aos idosos. Isso indica que o trabalho precário é uma realidade brasileira diante do desemprego estrutural, ocasionando o aumento da pobreza e da exclusão social.

Deste modo, expõe Pereira (1999).

Hoje, em lugar do compromisso governamental com o pleno emprego, com políticas sociais universais e com o provimento de mínimos sociais como direitos de todos, predominam políticas sociais residuais, casuais, seletivas ou focalizadas na pobreza extrema, como forma de amenizar os impactos desagregadores e destrutivos da nova questão social (PEREIRA, 1999, p. 47).

Perante deste cenário de negação do direito ao trabalho, muitas famílias de trabalhadores recorrem as mais diversas atividades do setor informal, dentre eles o comércio ambulante, que a priori tem uma lei¹ regulamentando o exercício desta atividade no Brasil.

Vale ressaltar que no Brasil no início do século XIX, os tipos mais comuns de ambulantes segundo, Marc Ferrez², eram: garrafeiros, vendedor de pão doce, vendedor de mocotó, vendedor de cebolas, verdureiro, vendedor de doce, mascate, vendedor de bengala e guarda-chuvas, vendedora de miudezas, cesteiro, funileiro, jornaleiro, amolador, vassoureiro, vendedor de aves, baianas (CASTAÑEDA, 2004, p. 19 citado por GOMES et al, 2006, p. 221).

Produzindo tais atividades estes trabalhadores, em um primeiro momento, desenvolvem formas tradicionais que com o desenvolvimento do capitalismo irão se inovar e expandir-se. Neste contexto, é nas ruas que encontramos os ambulantes, principalmente nos grandes centros das cidades, onde em sua maioria são alocados sem a concessão do órgão municipal de urbanização, desenvolvendo transações comerciais de produtos, alimentos, prestando serviços, etc. Nestas condições tais trabalhadores se inserem nestes espaços e buscam.

Se apropriar de determinados espaços para acessar recursos materiais e imateriais disponíveis, pois determinadas ruas tornam-se um meio efetivo de acessar infra-estruturas adequadas para a prática do comércio informal, que é facilitado pela circulação de indivíduos, condição e de baixo custo, favorecendo, assim, a produção e a reprodução dos grupos sociais pauperizados (GOMES, 2006, p. 235).

¹ Decreto – Lei nº 2.041/1940 regula o exercício do comércio ambulante.

Lei nº 6.586/1978, art. 1º Considera-se comerciante ambulante aquele que, pessoalmente, por conta própria e a seus riscos, exercer pequena atividade comercial em via pública, ou de porta em porta.

² Um dos fotógrafos mais famosos do início do século XX. Possui uma série de fotografias sobre vendedores ambulantes (GOMES et al, 2006, p. 221).

Em presença desta realidade, em que os sujeitos estão já expostos, vulneráveis às condições que o padrão capitalista impõe torna-se muito importante criar alternativas que visem mudar esta realidade, tendo em vista que as ações do poder público devem atender as necessidades do trabalhador informal e de sua classe, para que assim se reverta às desigualdades sociais, que os levaram a precarização de suas condições de vida e de trabalho.

2.2 O TRABALHO INFORMAL NO AMAPÁ

A constituição do espaço amapaense se deu em um período marcado pela ocupação do território amapaense, iniciado na década de 40 com a criação do território Federal do Amapá através do decreto presidencial de 1943, durante o governo Vargas, para ocupação espacial da Amazônia especificamente na parte centro-oeste.

Período este em que o governo teve como fundamento a ideologia da “segurança nacional”, para atrair um novo fluxo migratório para a região amazônica, atraídos pelas expectativas de desenvolvimento econômico na região.

Daí então, o território do Amapá torna-se atrativo em função de seu alto potencial de recursos naturais e minerais, principalmente aos grandes grupos econômicos que tiveram incentivos do governo federal para se instalarem na região. É relevante situar que “em 1943, quando o Amapá se tornou território federal, a sua população era de apenas 24.500 pessoas, esparsamente distribuídas pelo seu território e em grande parte, dedicadas ao extrativismo” (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 68).

Em seguida a criação do Território Federal do Amapá, três períodos econômicos apontam as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, repercutindo no aumento do movimento migratório, na urbanização, na organização espacial e na sua inserção, na economia mundial, o Amapá tornava-se cada vez mais visível no cenário nacional. Segundo Porto (2003, p. 114), esses períodos podem ser indicados como: gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974) planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987) e estadualização e sustentabilidade econômica (período pós 1988).

A implantação dos grandes projetos econômicos se deu após as descobertas de jazidas de Manganês na Serra do Navio em 1946, por meio de incentivos de pesquisas pelo então Governador do Amapá Capitão Janary Gentil Nunes, o governo autorizou a

Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) a explorar esse minério por 50 anos, período que deveria iniciar em 1953 e terminar em 2003. (PORTO, 2003, p. 75).

Vale ressaltar que mesmo com a concessão do governo para explorar o manganês por 50 anos, a ICOMI decidiu concluir suas atividades em dezembro de 1997, deixando um saldo extremamente negativo para o Estado. A herança deixada pela ICOMI resume-se em uma carga de resíduos de manganês contaminado, depositados em uma barragem ao lado da usina de pelletização atingindo o lençol freático e contaminando as águas do subsolo de suas mediações, pois esses rejeitos estavam na barragem que contaminou os afluentes ao redor da comunidade do Elesbão no município de Santana, e áreas próximas ao setor Industrial da ICOMI. (SANTOS, 2004, p. 29).

No município de Serra do Navio a empresa também deixou um prejuízo ambiental visível para a região, principalmente com a descaracterização natural do ambiente, como a agressão aos ecossistemas aquático e florestal. No local onde funcionou o maior projeto mineral do Estado, atualmente é um espaço sem uso e que guarda um verdadeiro “cemitério de máquinas”. (SANTOS, 2004, p. 31). Compete destacar que neste período o desemprego já era evidente, pois havia uma incerteza quanto o futuro econômico na Serra do Navio, além dos graves impactos ambientais ocasionados pela empresa.

Tendo como base as leituras de Drummond e Pereira, que discorrem sobre o Amapá no período de 1943 a 2000, estes retratam que o crescimento populacional no Estado deve ser considerado também pelas altas taxas de fecundidade das mulheres amapaenses, pois.

Desde a década de 1940 e até hoje, a região amazônica como um todo teve as maiores taxas de fecundidade do Brasil, e o Amapá não foi uma exceção nesta matéria. Em 1970, por exemplo, uma média de 8,2 crianças amapaenses nasceu viva de mães nas faixas etárias pertinentes. [...]. Em 2000, as amapaenses rurais ainda estavam tendo 6,7 filhos nascidos vivos. As suas taxas de fecundidade têm sido mais altas que as das amapaenses urbanas, mas esta é a regra no resto do país. Vemos assim, que o crescimento vegetativo da população residente também contribuiu, ao lado das migrações, para o forte crescimento populacional local, fato frequentemente ignorado pelos analistas do Amapá que focalizam a migração (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 72).

Analisando o exposto, não podemos deixar de notar conforme os autores que “desde 1950, o maior contingente dos residentes não nativos do Amapá tem nascido no

Estado vizinho Pará. Em 1980, por exemplo, dos 47.896 residentes não nativos do Amapá, 41.591 85% nasceram no Pará” (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 74). Esse aumento populacional desencadeou o processo de ocupação das áreas de preservação ambiental, sobretudo em Macapá e Santana.

Buscando desenvolvimento econômico, outros projetos também influenciaram na dinâmica do Estado, como o Projeto Jarí implantado em 1969 na cidade de Almeirim, distrito de Monte Dourado, no Estado do Pará, as margens do Rio Jarí no limite territorial com Estado do Amapá. Empreendimento esse, que estabelecia como objetivo principal a substituição da mata atlântica nativa por floresta homogênea como eucalipto, tinha ainda a meta de ser transformado em potência mundial no mercado exportador de celulose. (PORTO, 2003, p. 75).

Conforme Santos (2004, p. 36) a implantação desse empreendimento econômico reafirma o interesse econômico unicamente predatório dos recursos naturais da região. A migração para a área tornou-se intensa, pois se difundia a idéia equivocada de que o projeto seria um grande “pólo gerador de empregos”.

Na promulgação da Constituição de 1988, o Amapá foi elevado à categoria de Estado, e em 1991, cria-se assim a Área de Livre Comércio Macapá e Santana (ALCMS) com destaque para as empresas importadoras no cenário amapaense. Oficialmente em 1993 nos municípios de Macapá e Santana, ocupando uma área de 85 Km². Segundo Porto (2003, p. 74) “é a que possui área delimitada, maior volume de movimentação de notas fiscais ingressadas, de importações e de empresas cadastradas na Amazônia”. A ALCMS representou a possibilidade da abertura de novas oportunidades e perspectivas de negócios para a economia do Estado, tendo em vista as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais federais constantes do Decreto nº. 517 de 1992 que regulamentou a ALCMS.

A implantação da ALCMS contribuiu para uma nova configuração do espaço Amapaense, neste momento a economia obteve um crescente resultado, pois os produtos eram comercializados com valores acessíveis a população. É também desse período que se observa um intenso fenômeno migratório, principalmente de pessoas oriundas das localidades do Pará e Maranhão, que aportavam no Estado em busca da tão sonhada ascensão social. (PORTO, 2003, p. 73).

Conforme pesquisa realizada pela Diocese de Macapá em 1995, intitulada “Realidade migratória em Macapá e Santana”, revela que ALCMS foi à responsável pelo grande fluxo migratório nas duas cidades que neste período duplicou-se. Os dados mostram que a procura por emprego, de acordo com a pesquisa da Igreja, foi o motivo da migração de 51,07% dos entrevistados, exatamente por causa da ALCMS (SANTOS, 2004, p. 93).

Sabe-se que a Área de Livre Comércio no Estado trouxe um pseudo-entendimento para a população, com o ideal de desenvolvimento que fomentou a entrada de populares no Estado. Autores amapaenses como Porto (2003) e Santos (2004) retratam que a criação da ALCMS, foi a ultima grande etapa de crescimento populacional e exploração de recursos naturais, ocorridos no Amapá.

Impulsionadas pelo Estado, as políticas de desenvolvimento incentivaram a vinda de migrantes em uma maior proporção para Macapá e Santana, sendo que a maioria destes não encontrou emprego, terreno firme para habitarem, e hoje vivem em condições de subemprego, e habitando em áreas de ressaca. Tudo isso contribuiu ao longo dos anos para que as inúmeras expressões da questão social sejam resolvidas por meio de políticas públicas. (SANTOS, 2004, p. 94).

O Estado teve como um dos efeitos após a instalação da ALCMS, a triplicação do consumo elétrico entre 1994 a 2000, esse fator é explicado pelo crescimento demográfico e pelo aumento da venda de eletro-eletrônicos. Sendo que não foi possível o comércio local abranger a população que adentrou no Estado com a finalidade de conseguir emprego. (SANTOS, 2004, p. 96).

Vale apontar que outros empreendimentos influenciaram no desenvolvimento econômico do Estado e que até hoje perduram como no caso da AMCEL, que se instalou no município de Porto Grande e Santana, esta empresa foi vendida pelo grupo CAEMI, a Champion Papel e Celulose em 1996, atuando na produção de cavaco para a produção de papel nos EUA, e atualmente no Japão. (SANTOS, 2004, p. 98).

Na década de 90, houve grande expansão da População Economicamente Ativa (PEA) e do nível de ocupação tanto no setor industrial como no funcionalismo público, que de acordo com Santos (2004, p. 88) “os salários do funcionalismo público ainda são os maiores “aquecedores” do fraco comércio local”. Ainda assim, o comércio no centro

da cidade veio a fomentar a circulação econômica em Macapá com o surgimento de diversos empreendimentos que revendiam produtos importados.

Devido a isso, o comércio informal foi notável nesse momento, pois com o fechamento de várias empresas, muitos dos que estavam desempregados encontraram saída na informalidade, desenvolvendo suas atividades em lugares estratégicos da cidade. As ruas de Macapá tornaram-se locais de trabalho um dos meios de sobrevivência para diversos trabalhadores que recorrem às formas, mas antigas de trabalho como: as feiras, vendas de produtos feitos em casa, e nas ruas e praças da cidade, para assim garantir a sobrevivência. (SANTOS, 2004, p. 89).

2.3 MERCADO INFORMAL DE MACAPÁ E O TRABALHADOR AMBULANTE

Levando em consideração este estudo, iremos retratar a seguir as condições históricas e econômicas que induziram a expansão do comércio ambulante na cidade de Macapá, podemos destacar: função comercial (varejista e atacadista); serviços; portuária (circuito inferior e superior); aeroviária e rodoviária; serviços e industrial. Ou seja, sua interação é multidimensional.

No que se refere ao mercado das elites dominadoras, esse eixo mantém um poder atrativo e concentrador no que se menciona às atividades terciárias, fundamentando e confirmando a centralidade, que já existe por ser uma área principal e que se reafirma quanto aos fluxos. Em seus perfis são observados a profunda relação existente entre a formalidade e informalidade.

É neste eixo onde se localizam a elite empreendedora que estabelece interações espaciais com a faixa de fronteira. É essa elite que recebe e distribui as mercadorias internas e externas, sem o controle oficial, pois se aproveitam da porosidade da fronteira do Estado para intensificar a fluidez de seu capital. Por outro lado, também instala empresas de exportação (minérios, madeira, alimentos), que lhes garantem legitimidade de circulação e constatou que o mercado de trabalho de Macapá não absorve a mão-de-obra sem qualificação e coloca este segmento da população em situação menos favorecida em relação aos demais trabalhadores que são de certa forma uma minoria.

Esta condição impulsiona a maioria destes trabalhadores a ingressar na informalidade como vendedores ambulantes. Tal situação se revela como a única alternativa encontrada para “conseguirem o pão de cada dia”. Contudo a necessidade

forçosa de custear o sustento da família os obriga a essa condição considerando que, em sua maioria, esta é a única fonte de renda no domicílio.

Assim, observou-se que os mesmos não têm como custear suas necessidades básicas por isso ingressam no mercado de trabalho informal. Isso afeta também sua sobrevivência, pois conforme informações obtidas alguns desses trabalhadores não possui ligação com nenhum órgão governamental onde possa conseguir alguma ajuda financeira ou quem sabe até se inserir em políticas públicas que os beneficiem com suas famílias (GOMES, 2006, p. 230).

Segundo Antunes (2005), compreendemos que o exercício da atividade informal na economia, longe de ser uma opção, é antes de tudo uma necessidade de sobrevivência e sustento digno para milhares de pais e mães de família, em decorrência da falta de emprego e exclusão social, por isso não deve ser tratado como caso de polícia. É fato que a economia informal no Amapá movimenta mais de R\$ 42.972 milhões por mês, gerando 43.415 mil empregos diretos (IBGE, 2009), o que representa uma fatia considerável da economia de nosso estado.

Sabemos da urgente necessidade de reorganização da cidade, e que do jeito que está não dá para continuar, mas por outro lado, não se pode admitir a retirada dos trabalhadores sem que haja uma alternativa de local que possa garantir a continuidade da atividade econômica, uma vez que foi permitida, mesmo que de forma velada, pelo poder público, também não se deve atribuir o caos urbano em que vivemos à essência desses grandes empreendedores locais (RAMOS, 2005).

A realização da Audiência Pública mostra a disposição que o segmento tem em discutir, de forma aberta e propositiva, os problemas e as alternativas para estes trabalhadores, igualmente importante é realçar o papel e a ativa participação dos poderes públicos Municipais e Estaduais, representados por suas instituições e gestores, bem como do Ministério Público Estadual, Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA (RAMOS, 2005).

Segundo o IBGE o fator tempo de desemprego é um dos motivos para novos índices de ingresso ao setor informal, pois muitos buscam respostas imediatas ou mais viáveis para suprir suas necessidades diante das dificuldades de se conseguir emprego, e o trabalho informal possibilita para os que não estão ativos no mercado, oportunidades mesmo diante das dificuldades e riscos que passam neste trabalho (IBGE, 2009).

No que tange a compressão da atual situação de desemprego em que se encontra esta classe, situamos o desenvolvimento do capitalismo, na era da acumulação flexível, que trouxe uma série de exigências para estes manterem-se na empregabilidade. É possível a partir deste contexto, compreender a realidade de vida e de trabalho destes, a partir dos dilemas que estes passam tanto no espaço ocupado (urbano), quanto na vida familiar, pela busca de atender as necessidades de manutenção (renda) (TAVARES, 2004, p. 130).

Todos esses motivos elencados conjuntamente com a desqualificação profissional e baixa escolarização, são fatores preponderantes para esses trabalhadores não terem acesso ao mercado formal, por isso observa-se a presença crescente do desemprego e da informalidade na cidade de Macapá. O trabalho informal se constitui como uma opção viável para os trabalhadores se manterem no mercado auferindo renda, ao invés de continuarem tentando emprego formal. O que segundo Tavares, significa que “a organização voluntária do trabalho é realizado nas suas possibilidades de independência e liberdade, como se fosse possível criar um espaço econômico autônomo imune aos determinismos do mercado” (TAVARES, 2004, p. 137). No que tange a informalidade, segundo ainda a autora tem-se a idéia de que ser empresário é ser dono das suas decisões, podendo assim empregar um funcionário, pois este trabalhador deixa de ser explorado para torna-se explorador.

No que se refere à inserção do trabalhador no mercado informal, a maior parcela de nossos entrevistados declaram que aportaram no Amapá, com o sonho de um futuro promissor, pois, montar uma banca em outro Estado é mais difícil, pois existe maior concorrência. Segundo os trabalhadores informais, ao se encontrarem sem condições de inserir-se no mercado formal, a saída foi guardar uma pequena quantia de sua renda e investir na informalidade.

Ressaltamos a partir dos discursos dos trabalhadores que as transformações no mundo do trabalho, vêm a ser uma das explicações para a inserção no mercado informal, pois, como discorremos anteriormente, ela gera a exclusão social dos que não tem e não tiveram capacidade de conseguir emprego no mercado formal.

Analisando essa forma de trabalho verifica-se que o trabalhador ambulante também fomenta a economia, pois este compra a mercadoria das empresas formais para revender, o que faz existir a circulação do capital, esse vendedor ainda possui suas

estratégias de abordagem, sabe como atender o seu cliente e ainda possui uma clientela própria, para movimentar o seu comércio e circular a renda.

Tendo como base esta análise, retrataremos no capítulo a seguir as condições históricas e econômicas que levaram a expansão do comércio ambulante na cidade de Macapá, através da análise de dados da pesquisa de campo, sendo que o *locus* deste estudo são os trabalhadores da Praça do Côco e de seu entorno, nesta mesma cidade.

3. O TRABALHO INFORMAL NA PRAÇA DO CÔCO: ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA ÁREA DE ESTUDO

3.1 HISTÓRICO DA PRAÇA DO CÔCO

O Complexo Turístico Beira Rio já existe desde 1996, e desse período em diante várias reformas e modificações foram feitas em sua estrutura, inclusive após essas alterações alguns desses espaços foram renomeados como é o caso da Praça Zagury, agora conhecida como Praça do Côco que foi inaugurada em 28 de junho de 2010, o lugar recebeu investimento de R\$ 1,5 milhão do Governo do Estado, no local foram construídos 36 quiosques padronizados, com estrutura de pilares, cada quiosque dispõe de um balcão em mármore, calçamento, iluminação, água tratada e lixeiras (MONTALVÃO, 2010).



Figura 01 – Antiga Praça Zagury
Fonte: Chico Terra



Figura 02 – Atual Praça do Côco
Fonte: Dora Figueiredo

Para o secretário Odival Monterrozo, “a revitalização transforma a nova Praça do Côco em um ambiente agradável e dentro dos padrões de higiene recomendados pela Vigilância Sanitária” (Montalvão, 2010), o local vai contar também com toda uma infraestrutura no entorno. Na área de sinalização, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN apresenta uma novidade na faixa de pedestre, com iluminação própria para facilitar a vida de transeuntes, ciclistas e condutores de veículos, principalmente à noite. Uma das medidas a serem adotadas para desafogar a pista principal é em relação ao estacionamento do lado esquerdo da praça, que a partir de agora fica proibido pelos órgãos de trânsito do Estado, o local também vai dispor de um espaço próprio para taxistas, mototaxistas e outros veículos (MONTALVÃO, 2010).



Figura 03 – Quiosques da Praça do Côco
Fonte: Dora Figueiredo



Figura 04 – Av. Azarias Neto e a Praça do Côco
Fonte: Dora Figueiredo

Após a entrega do novo empreendimento, a secretária de Estado de Turismo, Ana Célia de Melo Brazão do Nascimento, afirmou que a Praça do Coco passa a integrar definitivamente o extenso Corredor Turístico do Complexo Beira Rio. “Esse é mais um atrativo turístico de Macapá. A Praça do Côco vai gerar dezenas de empregos diretos e indiretos e ajudar no fomento da economia local”, destacou a secretária. A secretária frisou ainda que todos os empreendedores individuais que trabalham na Praça do Côco receberam treinamento profissional do Governo do Estado e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE com objetivo de melhorar o atendimento e o receptivo aos clientes que freqüentarem a partir de agora o local (MONTALVÃO, 2010).

O principal objetivo é integrar a Praça do Côco ao extenso corredor Complexo Turístico Beira Rio, onde as pessoas, principalmente visitantes e turistas, possam usufruir de espaços que reúnam lazer, entretenimento, artesanato e alimentação, entre outros serviços. Ana Célia explicou que no novo espaço será permitida apenas a venda de água de coco, água mineral, refrigerante e cerveja em latinha, conforme Termo de Ajustamento de Conduta – TAC assinado entre representantes do Governo do Estado, Prefeitura de Macapá, ambulantes e Ministério Público (MONTALVÃO, 2010).

3.2 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS DOS TRABALHADORES

O objetivo das perguntas feitas aos trabalhadores resume-se, em saber a opinião dos mesmos sobre as condições econômicas, de infra-estrutura e qualidade do trabalho exercido por eles, com isto tentaremos identificar quais os reais problemas sociais oriundos do trabalho informal na área de estudo, principalmente os socioeconômicos.

As primeiras perguntas no âmbito dos dados pessoais objetivam saber a média de idade e o percentual de trabalhadores do sexo masculino e feminino que trabalham na PC, de acordo com os dados da pesquisa de campo, dos 36 quiosques entrevistados da PC, a média de idade varia de 18 a 56 anos, e o número de pessoas do sexo masculino é superior ao número de pessoas do sexo feminino, como mostra a tabela 01 abaixo:

Sexo	Nº Absoluto	%
Feminino	15	42%
Masculino	21	58%
Total	36	100%

Tabela 01: Divisão por sexo – PC

Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

No que tange ao levantamento do local de nascimento desses trabalhadores da PC, a maior parcela dos entrevistados é oriunda de outros Estados, seguido de Macapá e interior do Amapá, como observamos no gráfico 01 abaixo.

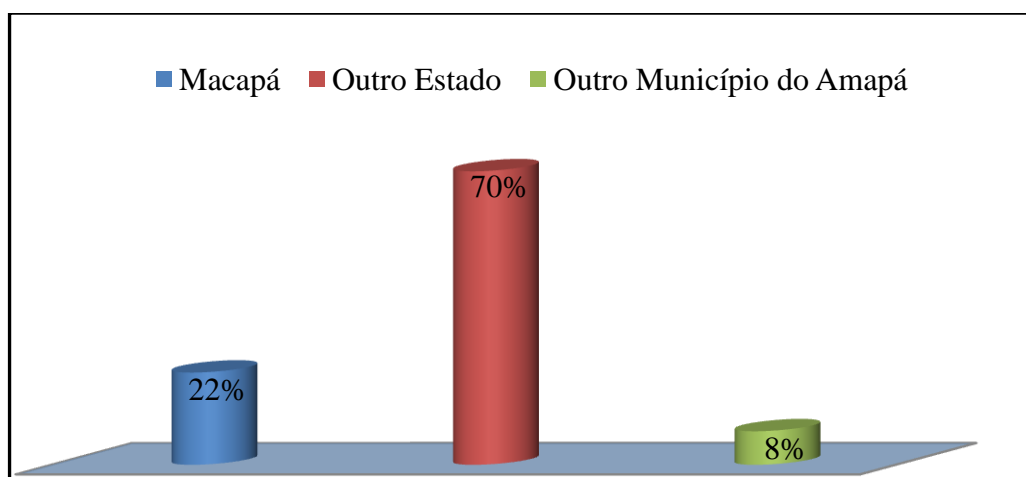


Gráfico 01: Local de Nascimento – PC

Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

De acordo com este gráfico ratificamos a hipótese de que a maioria dos trabalhadores ambulantes é de migrantes, que vieram em busca de oportunidades de trabalho no período de grande divulgação do Estado do Amapá como pólo gerador de emprego, que se deu a partir da implantação dos projetos econômicos (JARI, ICOMI, etc.), posteriormente com a criação do Estado e da ALCMS, dando a entender que aqui era a terra das oportunidades.

Com o sonho da ascensão social, muitos trabalhadores atravessaram o Rio Amazonas e aportaram no Estado aparentemente promissor. Entretanto, diante da

dificuldade de se empregar e de manter-se empregado, muitos recorreram à atividade informal para melhorar suas perspectivas de vida.

No que diz respeito ao estado civil dos trabalhadores da PC, 53% se declararam solteiros, 14% casados e 33% responderam a alternativa outro, o que nos mostra a quantidade alta de jovens que ainda não formaram suas próprias famílias, e auxiliam na renda de suas famílias matrizes, como podemos observar no gráfico 02 abaixo.

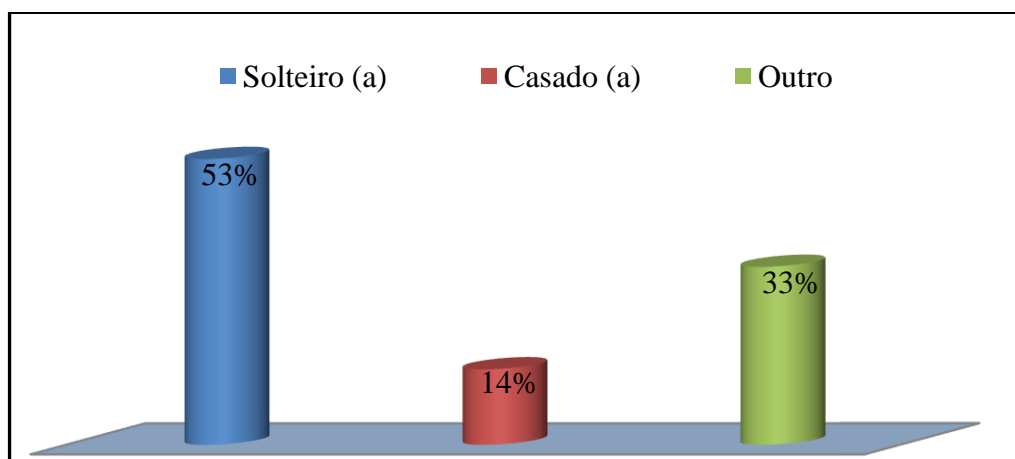


Gráfico 02: Estado Civil – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Durante a pesquisa identificamos que a maioria, ou seja, 61% dos entrevistados consideram-se em relação a sua cor como sendo parda, sendo que 19% se consideram brancos 17% se consideram negros e apenas 3% se consideram amarelos, devido à grande miscigenação brasileira, a maioria não tinha certeza quanto a sua própria cor, e por isso acabou optando por se declarar pardo. O que fica explícito no gráfico 03 seguinte.

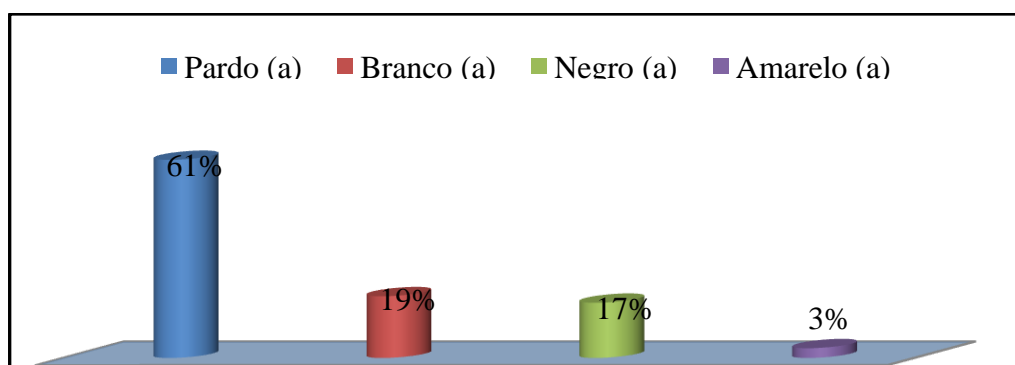


Gráfico 03: O (a) senhor (a) se considera de que cor? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Questionados se têm filhos, 78% dos trabalhadores da PC responderam que sim e 22% responderam que não. Desses 78% que tem filhos, 57% têm de 01 a 02 filhos, 32% tem de 03 a 04 filhos, 7% tem de 05 a 06 filhos e 4% têm mais de 06 filhos, o que

nos mostra que a maioria dos trabalhadores mesmo sendo solteiros, por serem jovens, tem um número pequeno de filhos, conforme indica a tabela 02 e o gráfico 04 abaixo.

O (a) senhor (a) tem filhos?	Nº Absoluto	%
Sim	28	78%
Não	08	22%
Total	36	100%

Tabela 02: O (a) senhor (a) tem filhos? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

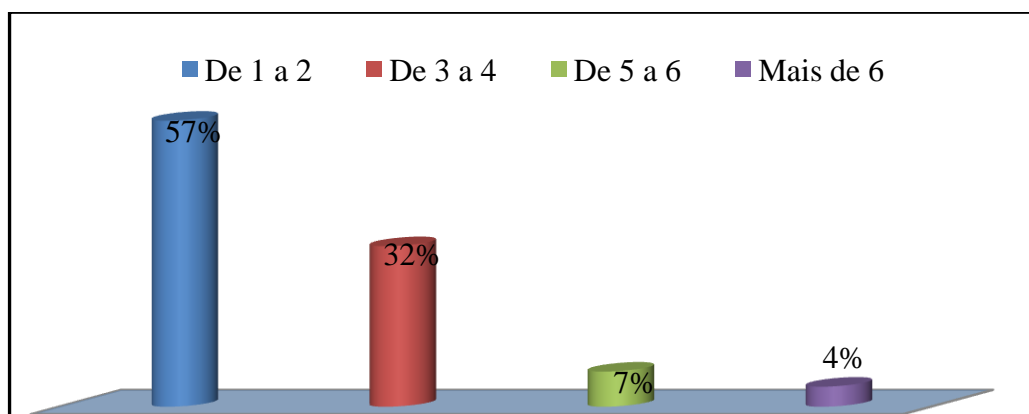


Gráfico 04: Quantos filhos o (a) senhor (a) tem? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Perguntados se alguma outra pessoa na sua família trabalha 78% dos trabalhadores da PC responderam que sim e 22% responderam que não. A esses 78% que disseram sim, foi perguntado quem é a pessoa que trabalha. Disseram que é o pai 11%, 3% disseram a mãe, 25% responderam marido/mulher, 11% filhos e 50% responderam outro, o que comprova que a maioria dos entrevistados complementa a renda de sua família, possuindo outros membros que trabalham. Vide tabela 03 e gráfico 05 abaixo.

Alguma outra pessoa na sua família trabalha?	Nº Absoluto	%
Sim	28	78%
Não	08	22%
Total	36	100%

Tabela 03: Alguma outra pessoa na sua família trabalha? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

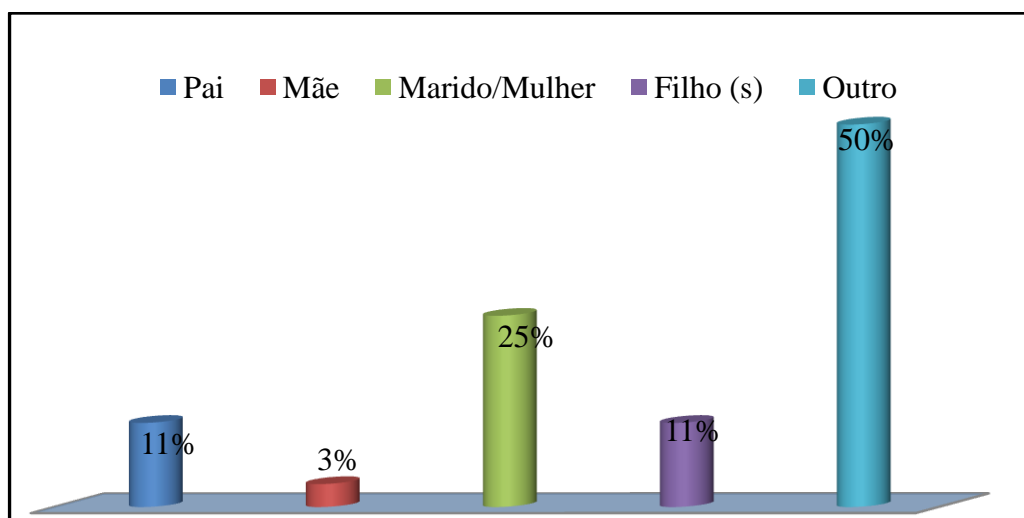


Gráfico 05: Quem é a pessoa que trabalha? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

No que diz respeito à posição do ambulante na família, de acordo com nossa pesquisa, 42% dos trabalhadores da PC são homens chefes de família, 17% são mulheres chefes de família, 14% são de esposas que complementam a renda, 3% são de maridos que complementam a renda e 25% são de filhos, o que nos mostra que ainda prevalece o homem como provedor do sustento familiar e em seguida os filhos que auxiliam bastante os pais em seus trabalhos informais, como podemos conferir no gráfico 06 abaixo.

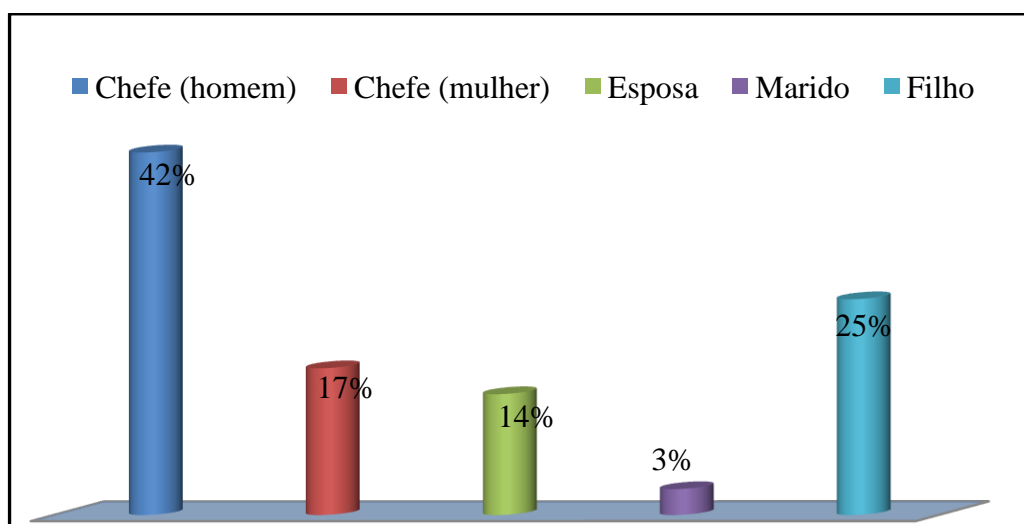


Gráfico 06: Posição do ambulante na família – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Os dados a cerca do grau de escolaridade dos trabalhadores da PC, nos revelam o baixo nível de escolaridade desses trabalhadores, pois, a maioria possui o ensino fundamental incompleto, com 47%, apenas 14% concluíram o ensino fundamental, 17% não concluíram o ensino médio, mas 19% possuem o ensino médio completo, já sobre o

ensino superior 3% afirmam que cursaram, mas não concluíram, assim como nenhum trabalhador possui ensino superior completo. Esta é a realidade vivida por estes trabalhadores e sabemos que as chances deles se inserirem no setor formal tornam-se cada vez mais difícil, diante das exigências do mercado de trabalho, como podemos ver no gráfico 07 a seguir.

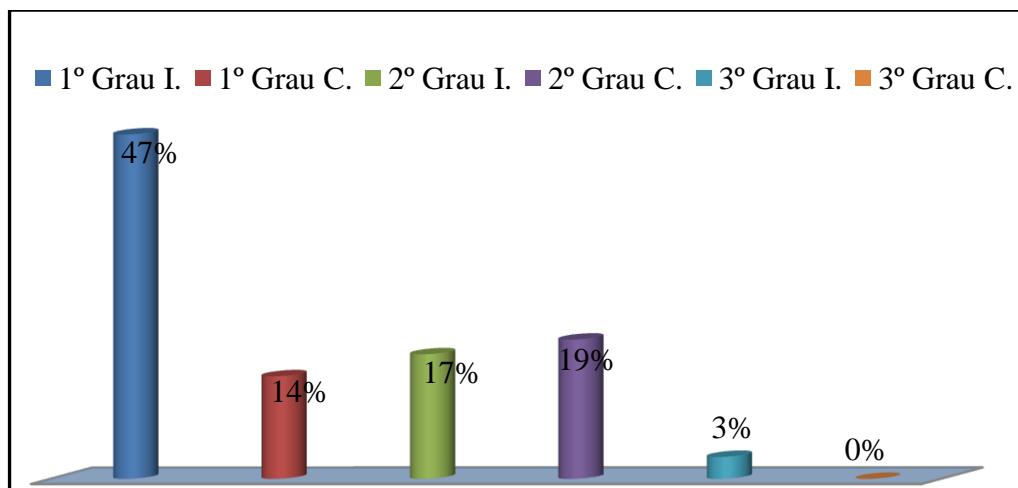


Gráfico 07: Até que série o (a) senhor (a) estudou? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Analisando a situação socioeconômica da família do trabalhador da PC, verificamos *a priori*, as condições, o tipo, e a área de moradia, quanto à condição 67% mora em casa própria, 25% em casa alugada e 8% em casa cedida, quanto ao tipo, 70% moram em casa de alvenaria, 22% em casa de madeira e 8% em casa mista, quanto à área 86% disseram morar em terra firme e 14% disseram morar em área de ressaca³, como podemos verificar nos gráficos 08, 09 e tabela 04, explicitados abaixo.

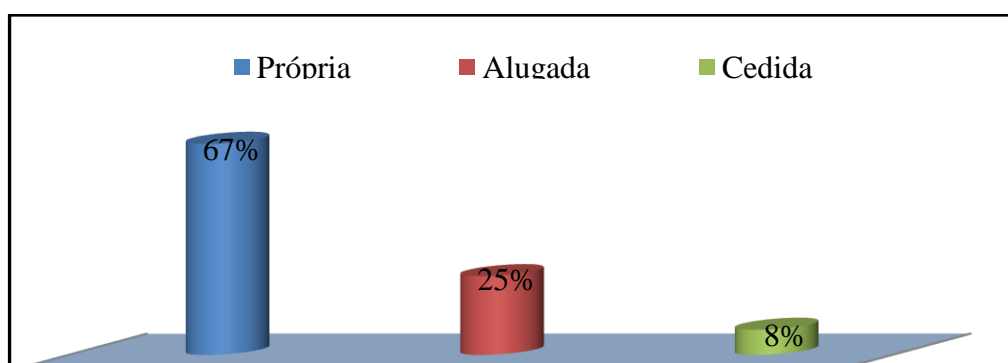


Gráfico 08: Condições de Moradia – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

³ Área de Ressaca, de acordo com Néri (2004), é uma expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas. As áreas úmidas existentes no sítio urbano de Macapá estão ligadas a bacia hidrográfica do igarapé da Fortaleza.

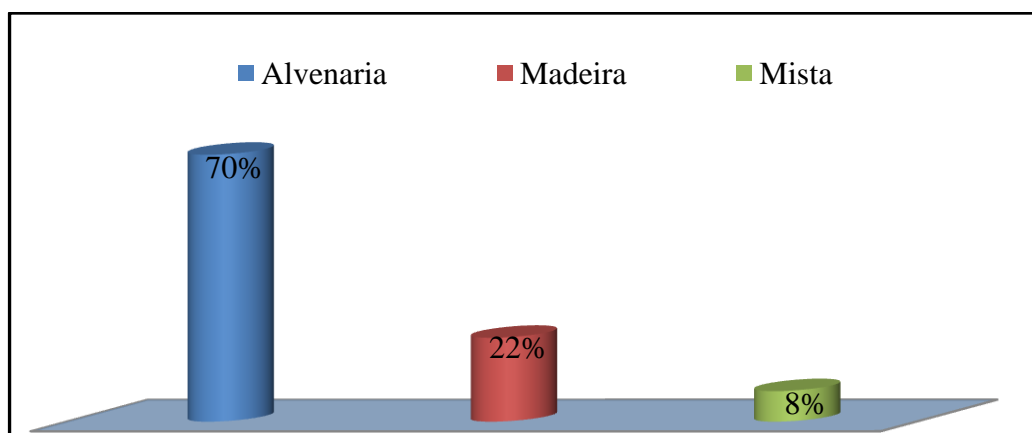


Gráfico 09: Tipo de Moradia – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Área de Moradia	Nº Absoluto	%
Terra Firme	31	86%
Área de Ressaca	05	14%
Total	36	100%

Tabela 04: Área de Moradia – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Constatou-se na pesquisa que a renda familiar predomina em sua maioria a faixa de até 01 salário mínimo com 39%, seguido de até 02 salários mínimos com 25% e apenas 11% possuem renda de mais de 02 salários mínimos, vale ressaltar que 25% dos entrevistados não responderam a cerca da renda familiar. Com isso podemos constatar que além de baixa escolaridade, esses trabalhadores também possuem baixa renda familiar, o que melhor molda o perfil desse trabalhador informal, como se observa no gráfico 10 a seguir.

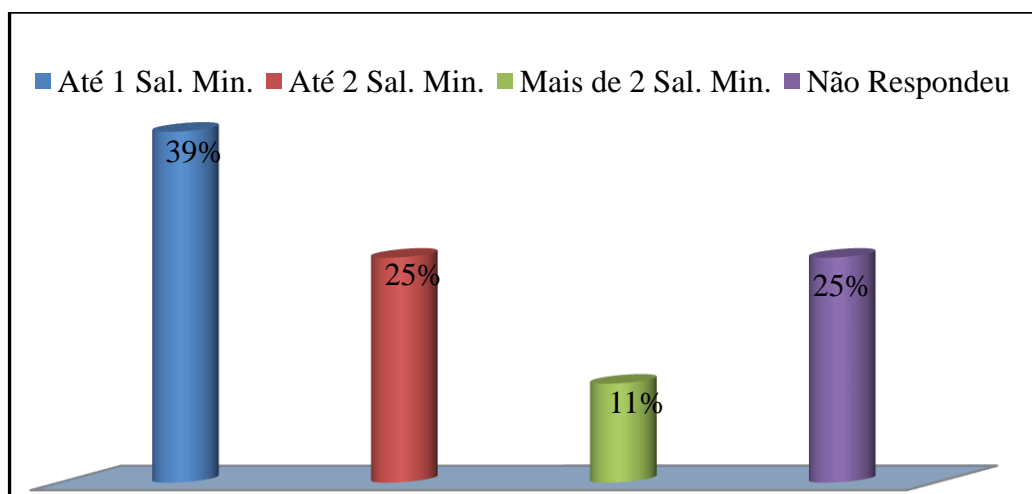


Gráfico 10: Qual é a média de renda mensal da família? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

No que tange ao trabalho na PC, fizemos o seguinte questionamento: Por que o (a) senhor (a) começou a trabalhar como ambulante? 17% responderam que ficaram sem trabalho e não conseguiram mais empregos, 6% deixaram seu trabalho anterior para começar a trabalhar como ambulante, 28% para completar a renda, pois tem outra atividade, e a maioria com 47% queria trabalhar por conta própria, outros motivos foram 3%, como podemos verificar na tabela 05 abaixo.

Por que o (a) senhor (a) começou a trabalhar como ambulante?	Nº absoluto	%
Ficou sem trabalho e não conseguiu mais emprego	06	17%
Deixou seu trabalho anterior para começar a trabalhar como ambulante	02	6%
Para completar a renda, pois tem outra atividade	10	28%
Queria trabalhar por conta própria	17	47%
Outros	01	3%
Total	36	100%

Tabela 05: Por que o (a) Senhor (a) começou a trabalhar como ambulante? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Todos esses motivos elencados conjuntamente com a desqualificação profissional e baixa escolarização, são fatores preponderantes para esses trabalhadores não terem acesso ao mercado formal, por isso observa-se a presença crescente do desemprego e da informalidade na cidade de Macapá. Os dados ainda revelam que o trabalho informal se constitui como uma opção viável para os trabalhadores se manterem no mercado auferindo renda, ao invés de continuarem tentando emprego formal. Dos 47% entrevistados que preferiram trabalhar por conta própria, observou-se a ilusão da autonomia e liberdade na atividade informal.

O que segundo Tavares, significa que “a organização voluntária do trabalho é realçado nas suas possibilidades de independência e liberdade, como se fosse possível criar um espaço econômico autônomo imune aos determinismos do mercado” (TAVARES, 2004, p. 137). No que tange a informalidade, segundo ainda a autora tem-se a idéia de que ser empresário é ser dono das suas decisões, podendo assim empregar um funcionário, pois este trabalhador deixa de ser explorado para torna-se explorador.

O seu trabalho como ambulante representa:	Nº Absoluto	%
A sua principal fonte de renda	31	86%
Uma fonte de renda complementar	01	3%
A fonte de renda da família	04	11%
Total	36	100%

Tabela 06: O seu trabalho como ambulante representa: – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Como vimos na tabela 06 acima 86% afirmam que seu trabalho como ambulante é a sua principal fonte de renda, apenas 3% disseram ser uma fonte de renda complementar e 11% a fonte de renda da família. Desde modo constatamos que esses trabalhadores estão sobrevivendo com suas famílias apenas de seu trabalho como ambulante naquele local. Quanto ao tempo de trabalho como ambulante 22% estão trabalhando até 01 ano, 36% trabalham de 01 a 05 anos, 28% trabalham de 05 a 10 anos e 14% já trabalham há mais de 10 anos como ambulante, por isso a grande maioria já ocupa seu espaço como ambulante há bastante tempo. Como se verifica no gráfico 11 a seguir:

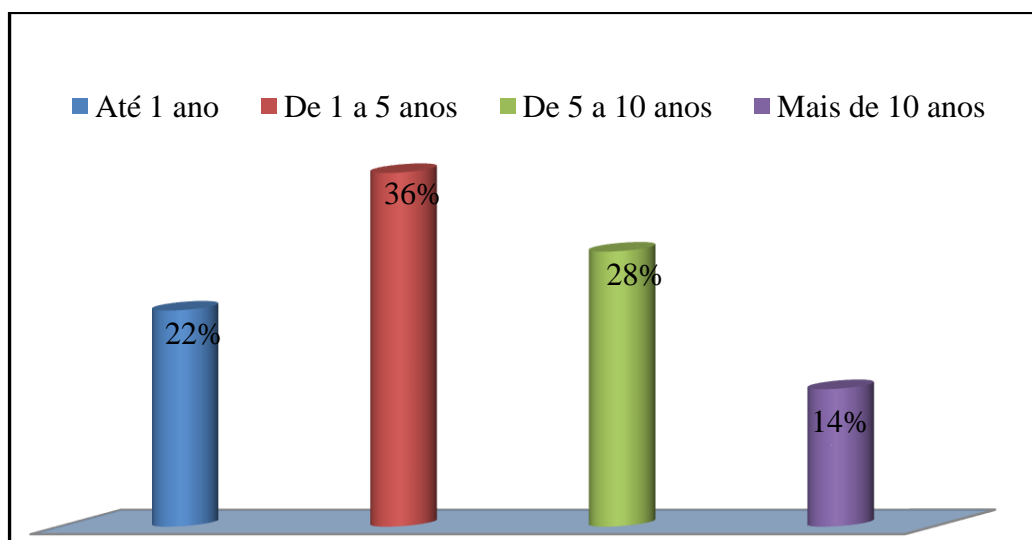


Gráfico 11: Há quanto tempo o (a) Senhor (a) está trabalhando como ambulante? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Quanto aos dias e horários de trabalho, verificamos *in locus* que os trabalhadores da PC trabalham em média 13 horas por dia, sendo que 81% disseram trabalhar todos os dias, o que nos mostra o quão dificultoso e desgastante é o dia-a-dia desses trabalhadores, visto que, a maioria trabalha todos os dias da semana e apenas 19% disseram trabalhar em dias alternados conforme nos mostra a tabela 07 seguinte.

O (a) senhor (a) trabalha:	Nº Absoluto	%
Todos os dias	29	81%
Dias alternados	07	19%
Total	36	100%

Tabela 07: O (a) senhor (a) trabalha: – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Quando perguntados se estão à procura de outro trabalho, 22% responderam que sim e 78% responderam que não. Os 22% que disseram sim foram questionados do porque da procura por outro trabalho, 50% alegaram que as condições físicas de trabalho na rua são difíceis e os outros 50% acreditam que ganham pouco. O que nos mostra que a maioria apesar das dificuldades do trabalho informal, ainda prefere continuar no mesmo, visto que, esse pode ser o único meio de trabalho que lhe cabe.

Ainda sobre o trabalho ambulante, fez-se o seguinte questionamento, Sobre o trabalho na PC e em seu entorno, em sua opinião: 30% dos trabalhadores responderam que a concorrência entre os vendedores aumentou, 11% que as condições físicas de trabalho estão piores, a maioria, ou seja, 42% que as condições físicas de trabalho estão melhores, apenas 3% que a fiscalização tem dificultado as vendas, 8% acreditam que está difícil atrair consumidores e 6% responderam outros. Conforme as tabelas 08, 09 e 10 abaixo.

O (a) senhor (a) está procurando outro trabalho?	Nº Absoluto	%
Sim	08	22%
Não	28	78%
Total	36	100%

Tabela 08: O (a) senhor (a) está procurando outro trabalho? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Por quê?	Nº Absoluto	%
Porque as condições físicas de trabalho na rua são difíceis	04	50%
Porque ganha pouco	04	50%
Outros	00	0%
Total	08	100%

Tabela 09: Por quê? – PC
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Sobre o trabalho na PC e em seu entorno, em sua opinião:	Nº absoluto	%
A concorrência entre os vendedores aumentou	11	30%
As condições físicas de trabalho estão piores	04	11%
As condições físicas de trabalho estão melhores	15	42%
A fiscalização tem dificultado as vendas	01	3%
Está difícil atrair consumidores	03	8%
Outros	02	6%
Total	36	100%

Tabela 10: Sobre o trabalho na PC e em seu entorno, em sua opinião: – PC
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Chegando ao âmbito da organização social, procuramos saber se os trabalhadores da PC são filiados em algum sindicato e/ou cooperativa, se pagam alguma taxa de contribuição e se fazem alguma contribuição para a previdência social, 61% são filiados a um sindicato, a ASEA – Associação dos Ambulantes Autônomos e Similares do Estado do Amapá, e pagam taxa de R\$ 10,00 mensais, 39% disseram não ser filiados a nenhum sindicato ou cooperativa, neste caso esses trabalhadores que disseram não serem filiados, são funcionários dos proprietários dos quiosques, por isso acreditamos que eles responderam que não, por não obterem essa informação correta. Conforme a tabela 11.

O (a) senhor (a) é filiado (a) em algum sindicato e/ou cooperativa?	Nº Absoluto	%
Sim	22	61%
Não	14	39%
Total	36	100%

Tabela 11: O (a) senhor (a) é filiado (a) em algum sindicato e/ou cooperativa? – PC
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Sobre a taxa de contribuição, 86% disseram pagar algumas taxas para a Prefeitura Municipal de Macapá e taxa de luz para a CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá, e 14% disseram não pagar taxa de contribuição. E acerca da contribuição para a previdência social, 61% fazem contribuição e 39% não fazem contribuição, como podemos ver nas tabelas 12 e 13 abaixo.

O (a) senhor (a) paga alguma taxa de contribuição?	Nº Absoluto	%
Sim	31	86%
Não	05	14%
Total	36	100%

Tabela 12: O (a) senhor (a) paga alguma taxa de contribuição? – PC
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

O (a) senhor (a) faz alguma contribuição para a previdência social?	Nº Absoluto	%
Sim	22	61%
Não	14	39%
Total	36	100%

Tabela 13: O (a) senhor (a) faz alguma contribuição para a previdência social? – PC
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Com o mesmo intuito em saber a opinião dos trabalhadores da PC, o mesmo questionamento foi feito aos trabalhadores do seu entorno, mais precisamente, vendedores de batata frita, ao qual nos reportaremos como VB. Foram feitos questionamentos sobre as condições econômicas, de infra-estrutura e qualidade do trabalho exercido por eles, com isto tentaremos identificar quais as semelhanças e diferenças desses trabalhadores informais.

As perguntas no campo dos dados pessoais objetivam saber a média de idade e o percentual de VB do sexo masculino e feminino, de acordo com os dados da pesquisa de campo, dos 14 VB entrevistados, a média de idade varia de 25 a 45 anos, e o número de pessoas do sexo masculino é superior ao número de pessoas do sexo feminino, como mostra a tabela 14 abaixo:

Sexo	Nº Absoluto	%
Feminino	05	36%
Masculino	09	64%
Total	14	100%

Tabela 14: Divisão por sexo – VB
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

No que tange ao levantamento do local de nascimento dos VB, assim como os trabalhadores da PC, a maior parcela dos entrevistados é oriunda de outros Estados, seguido de Macapá e interior do Amapá, assim como na PC, a maioria vem de fora do Estado, em busca de melhores condições de vida, visto que, acreditam no potencial do

Amapá como um Estado gerador de trabalho e renda, como se observa no gráfico 12 abaixo.

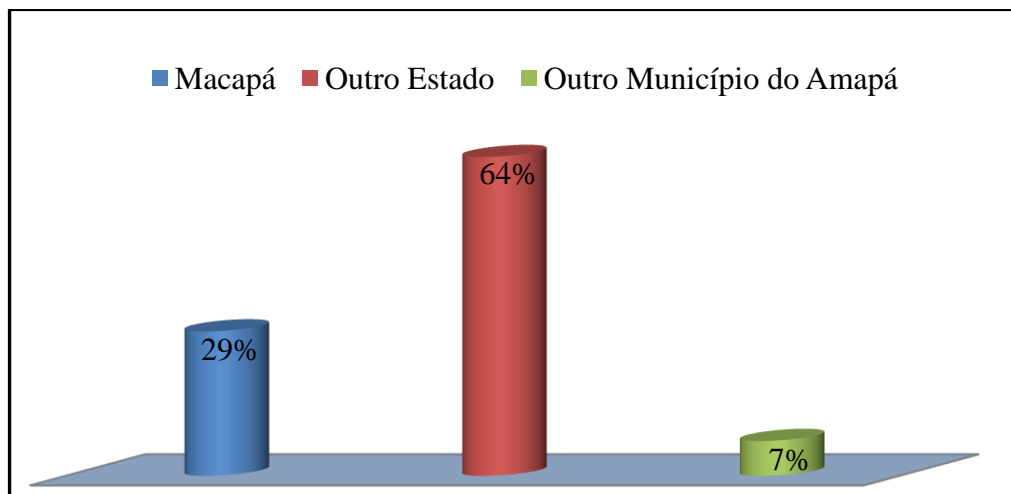


Gráfico 12: Local de Nascimento – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

No que diz respeito ao estado civil dos VB, diferentemente dos trabalhadores da PC em que a maioria se declarou solteira, 22% se declararam solteiros, 64% casados e 14% responderam a alternativa outro, o que podemos inferir é que os VB por terem uma média de idade maior, já constituíram suas próprias famílias, como podemos observar no gráfico 13 abaixo.

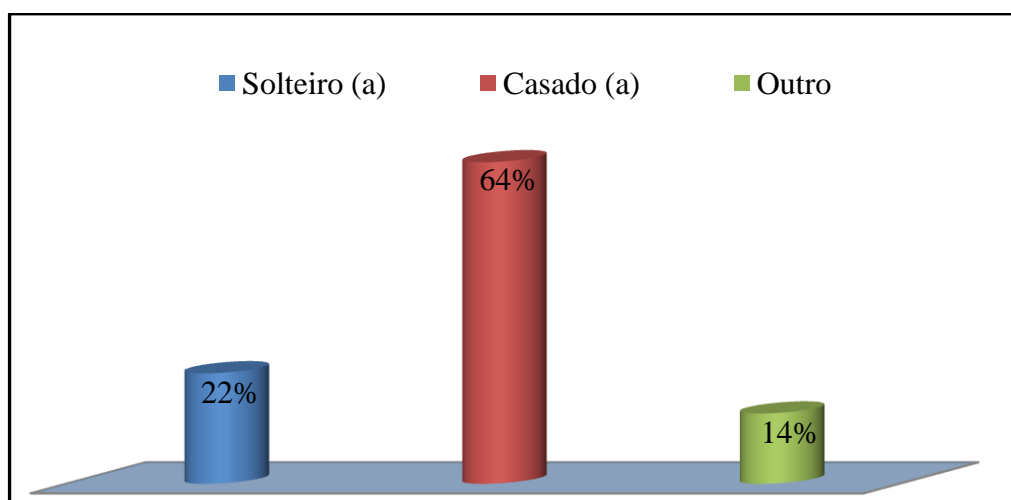


Gráfico 13: Estado Civil – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Durante a pesquisa identificamos que igualmente aos trabalhadores da PC, a maioria, ou seja, 72% dos entrevistados consideram-se em relação a sua cor como sendo parda, sendo que 7% se consideram brancos 14% se consideram negros e 7% se consideram amarelos. Igualmente aos trabalhadores da PC, que por não saberem definir precisamente sua cor, se dizem pardos. O que fica explícito no gráfico 14 seguinte.

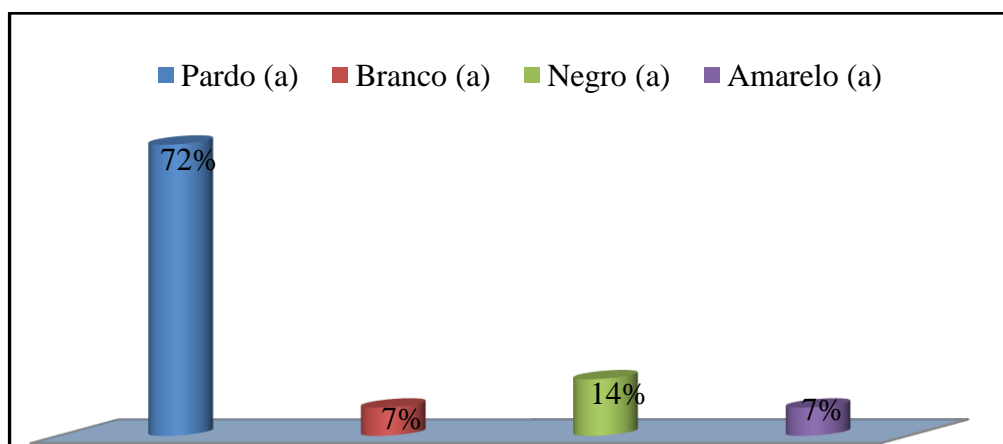


Gráfico 14: O (a) senhor (a) se considera de que cor? – VB
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Questionados se têm filhos, 100% dos VB responderam que sim, possuem filhos. Dos 100% dos VB que tem filhos, 50% têm de 01 a 02 filhos, 36% tem de 03 a 04 filhos, 7% tem de 05 a 06 filhos e 7% têm mais de 06 filhos. Semelhantemente aos trabalhadores da PC, a maioria tem poucos filhos, mas se diferencia na questão de ter mais de 03 a 04 filhos, provavelmente por serem casados e mais velhos. Conforme vemos na tabela 15 e no gráfico 15 abaixo.

O (a) senhor (a) tem filhos?	Nº Absoluto	%
Sim	14	100%
Não	00	0%
Total	14	100%

Tabela 15: O (a) senhor (a) tem filhos? – VB
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

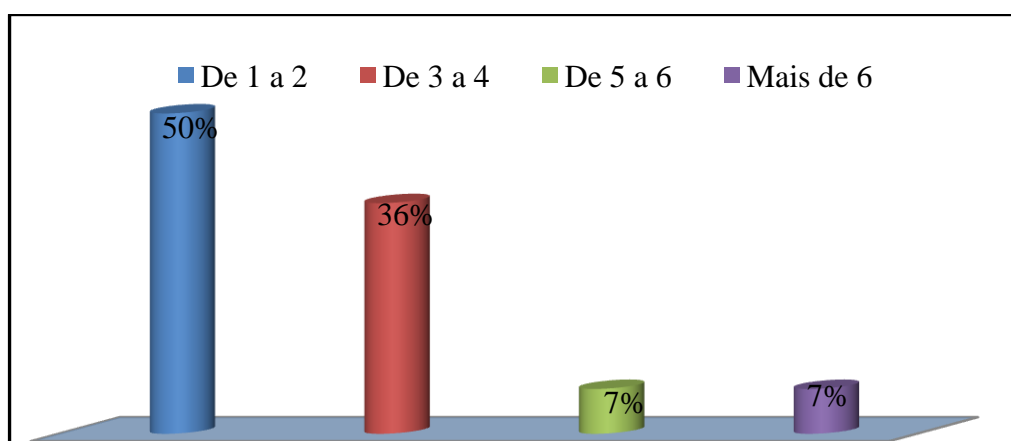


Gráfico 15: Quantos filhos o (a) senhor (a) tem? – VB
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Perguntados se alguma outra pessoa na sua família trabalha 57% dos VB responderam que sim e 43% responderam que não. A esses 57% que disseram sim, foi

perguntado quem é a pessoa que trabalha. Disseram que são o marido ou a mulher, 100% dos entrevistados. Outro dado que ratifica a ideia de que entre os VB, predomina os casais trabalhadores. Vide tabela 16 abaixo.

Alguma outra pessoa na sua família trabalha?	Nº Absoluto	%
Sim	08	57%
Não	06	43%
Total	14	100%

Tabela 16: Alguma outra pessoa na sua família trabalha? – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

No que diz respeito à posição do ambulante na família, de acordo com nossa pesquisa, 50% dos VB são homens chefes de família, 14% são mulheres chefes de família, 22% são de esposas que complementam a renda, 7% são de maridos que complementam a renda e 7% são de filhos, o que nos mostra assim como na PC, que ainda prevalece o homem como provedor do sustento familiar e em seguida esposas que auxiliam os maridos em seus trabalhos informais, como podemos conferir no gráfico 16 abaixo.

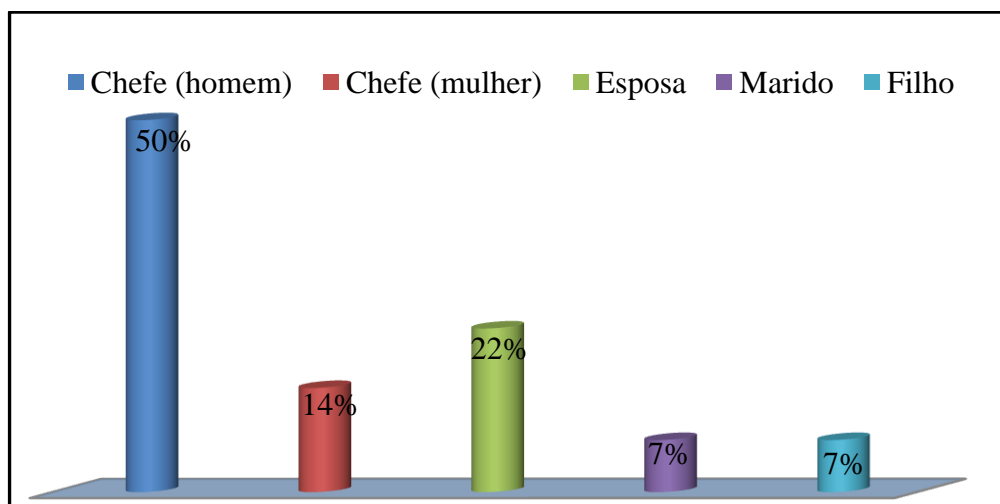


Gráfico 16: Posição do ambulante na família – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Os dados a cerca do grau de escolaridade dos VB, nos revelam o baixo nível de escolaridade desses trabalhadores, pois, a maioria possui o ensino fundamental incompleto, com 64%, apenas 7% concluíram o ensino fundamental, 29% não concluíram o ensino médio, e ninguém possui o ensino médio completo, assim como também não possuem o ensino superior incompleto e nem completo, como nos mostra o gráfico 17 a seguir.

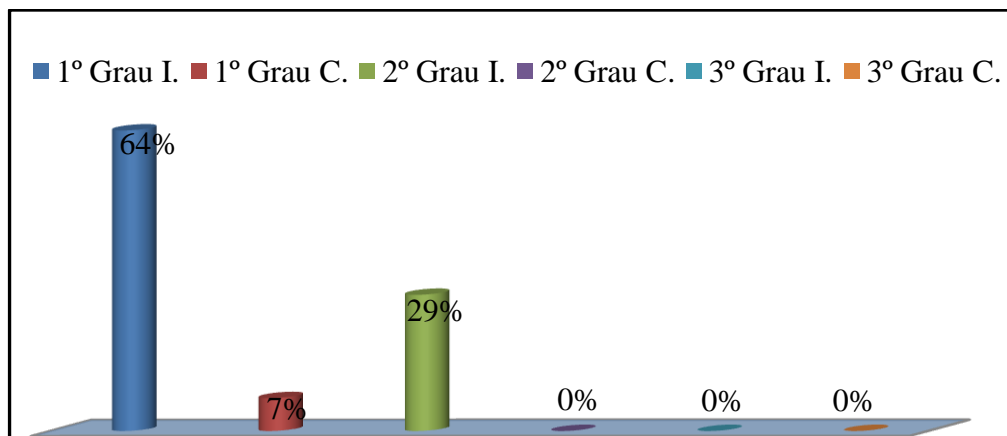


Gráfico 17: Até que série o (a) senhor (a) estudou? – VB
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Analisando a situação socioeconômica da família dos VB, verificamos num primeiro momento, as condições, o tipo, e a área de moradia, quanto à condição 71% mora em casa própria, 22% em casa alugada e 7% em casa cedida, quanto ao tipo, 29% moram em casa de alvenaria, 29% em casa de madeira e 42% em casa mista, quanto à área 64% disseram morar em terra firme e 36% disseram morar em área de ressaca, como podemos verificar nos gráficos 18 e 19 e tabela 17, explicitados abaixo.

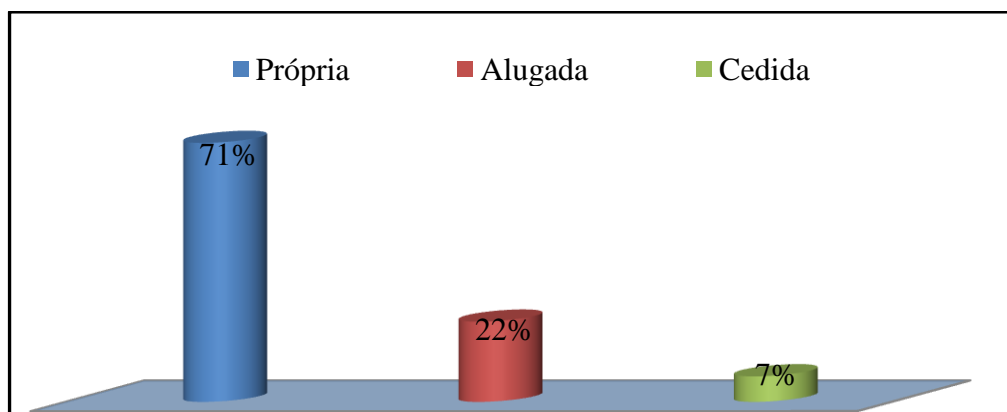


Gráfico 18: Condições de Moradia – VB
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

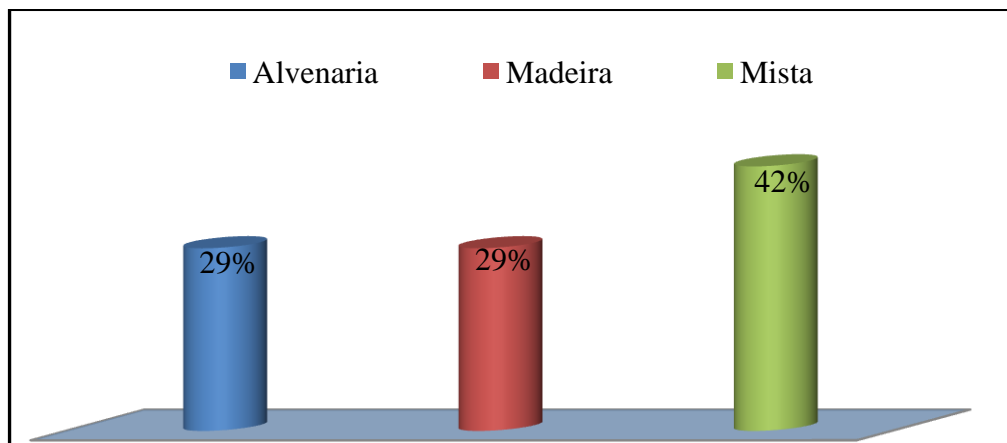


Gráfico 19: Tipo de Moradia – VB
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Área de Moradia	Nº Absoluto	%
Terra Firme	09	64%
Área de Ressaca	05	36%
Total	14	100%

Tabela 17: Área de Moradia – VB
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Constatou-se na pesquisa que a renda familiar predomina em sua maioria a faixa de até 01 salário mínimo com 43%, seguido de até 02 salários mínimos com 29% e apenas 7% possuem renda de mais de 02 salários mínimos, vale ressaltar que 21% dos entrevistados não responderam a cerca da renda familiar. Com isso podemos constatar mais uma semelhança com os trabalhadores da PC, que além de baixa escolaridade, esses trabalhadores também possuem baixa renda familiar, o que melhor molda o perfil desse trabalhador informal, como se observa no gráfico 20 a seguir.

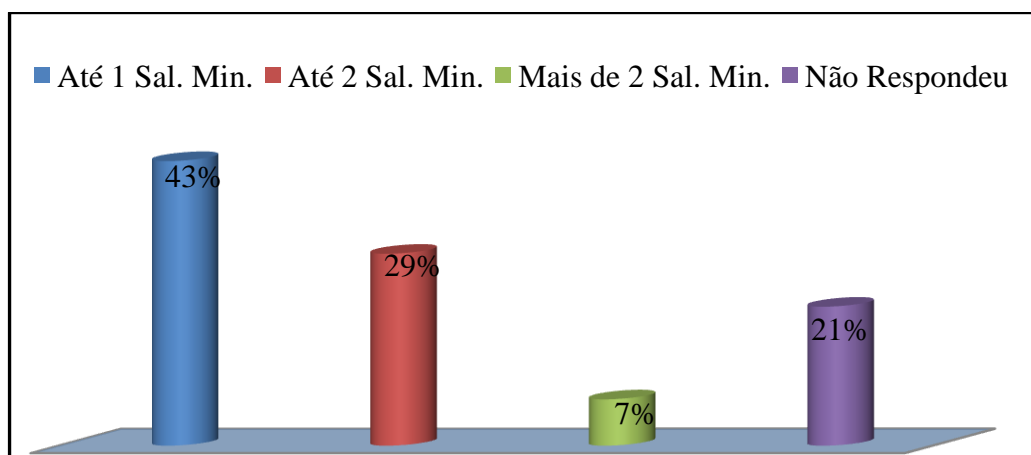


Gráfico 20: Qual é a média de renda mensal da família? – VB
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

No que tange ao trabalho dos VB, fizemos o seguinte questionamento: Por que o (a) senhor (a) começou a trabalhar como ambulante? 29% responderam que ficaram sem trabalho e não conseguiram mais empregos, 7% deixaram seu trabalho anterior para começar a trabalhar como ambulante, 7% para completar a renda, pois tem outra atividade, e a maioria com 43% queria trabalhar por conta própria, outros motivos foram 14%, motivos que se assemelham com os dos trabalhadores da PC, como podemos verificar na tabela 18 abaixo.

Por que o (a) senhor (a) começou a trabalhar como ambulante?	Nº absoluto	%
Ficou sem trabalho e não conseguiu mais emprego	04	29%
Deixou seu trabalho anterior para começar a trabalhar como ambulante	01	7%
Para completar a renda, pois tem outra atividade	01	7%
Queria trabalhar por conta própria	06	43%
Outros	02	14%
Total	14	100%

Tabela 18: Por que o (a) Senhor (a) começou a trabalhar como ambulante? – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Como verificamos na tabela 19 abaixo 86% afirmam que seu trabalho como ambulante é a sua principal fonte de renda, nenhum VB disse ser uma fonte de renda complementar e 14% a fonte de renda da família. Quanto ao tempo de trabalho como ambulante 7% estão trabalhando até 01 ano, 29% trabalham de 01 a 05 anos, 35% trabalham de 05 a 10 anos e 29% já trabalham há mais de 10 anos como ambulante. Mostrando-nos que os ambulantes VB, estão trabalhando a mais tempo do que os da PC. Como se verifica no gráfico 21 seguinte.

O seu trabalho como ambulante representa:	Nº Absoluto	%
A sua principal fonte de renda	12	86%
Uma fonte de renda complementar	00	0%
A fonte de renda da família	02	14%
Total	14	100%

Tabela 19: O seu trabalho como ambulante representa: – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

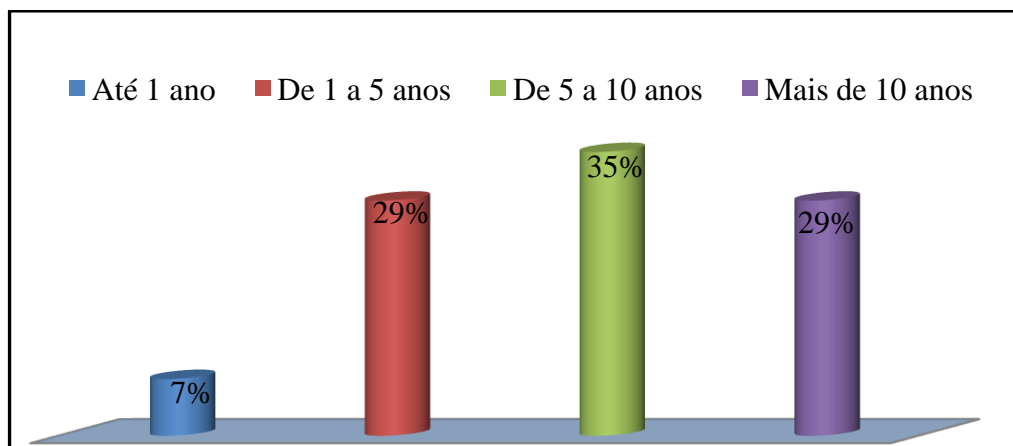


Gráfico 21: Há quanto tempo o (a) Senhor (a) está trabalhando como ambulante? – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Quantos aos dias e horários de trabalho, verificamos no local que os VB trabalham em média 11 horas por dia, sendo que 86% disseram trabalhar todos os dias, o que nos mostra, assim como na PC, o quão dificultoso e desgastante é o dia-a-dia desses trabalhadores, visto que, a maioria trabalha todos os dias da semana e apenas 19% disseram trabalhar em dias alternados, com o agravante da estrutura física que os VB não têm, ficando expostos e vulneráveis as intempéries climáticas. Conforme nos mostra a tabela 20 seguinte.

O (a) senhor (a) trabalha:	Nº Absoluto	%
Todos os dias	12	86%
Dias alternados	02	14%
Total	14	100%

Tabela 20: O (a) senhor (a) trabalha: – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Quando perguntados se estão à procura de outro trabalho, 7% responderam que sim e 93% responderam que não. Os 7% que disseram sim foram questionados do porque da procura por outro trabalho, 100% alegaram que as condições físicas de trabalho na rua são difíceis. O que nos mostra, igualmente na PC, que a maioria apesar das dificuldades do trabalho informal, ainda prefere continuar no mesmo, visto que, esse pode ser o único meio de trabalho que lhe cabe.

Ainda sobre o trabalho ambulante, fez-se o seguinte questionamento, “Sobre o trabalho na PC e em seu entorno, em sua opinião”: 14% dos trabalhadores responderam que a concorrência entre os vendedores aumentou, 14% que as condições físicas de trabalho estão piores, a maioria, ou seja, 37% que as condições físicas de trabalho estão melhores, 14% que a fiscalização tem dificultado as vendas, 14% acreditam que está difícil atrair consumidores e 7% responderam outros. Conforme as tabelas 21 e 22 abaixo:

O (a) senhor (a) está procurando outro trabalho?	Nº Absoluto	%
Sim	01	7%
Não	13	93%
Total	14	100%

Tabela 21: O (a) senhor (a) está procurando outro trabalho? – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Sobre o trabalho na PC e em seu entorno, em sua opinião:	Nº absoluto	%
A concorrência entre os vendedores aumentou	02	14%
As condições físicas de trabalho estão piores	02	14%
As condições físicas de trabalho estão melhores	05	37%
A fiscalização tem dificultado as vendas	02	14%
Está difícil atrair consumidores	02	14%
Outros	01	7%
Total	14	100%

Tabela 22: Sobre o trabalho na PC e em seu entorno, em sua opinião: – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Chegando ao âmbito da organização social, procuramos saber se os VB são filiados em algum sindicato e/ou cooperativa, se pagam alguma taxa de contribuição e se fazem alguma contribuição para a previdência social, 93% disseram ser filiados a um sindicado, a ASEA – Associação dos Ambulantes Autônomos e Similares do Estado do Amapá, e pagam taxa de R\$ 10,00 mensais, apenas 7% disseram não ser filiados a nenhum sindicato ou cooperativa, conforme a tabela 23 abaixo:

O (a) senhor (a) é filiado (a) em algum sindicato e/ou cooperativa?	Nº Absoluto	%
Sim	13	93%
Não	01	7%
Total	14	100%

Tabela 23: O (a) senhor (a) é filiado (a) em algum sindicato e/ou cooperativa? – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

Sobre a taxa de contribuição, 86% disseram pagar apenas o sindicato, e 14% disseram não pagar taxa de contribuição. E acerca da contribuição para a previdência social, 7% fazem contribuição e 93% não fazem contribuição, como podemos ver nas tabelas 24 e 25 abaixo.

O (a) senhor (a) paga alguma taxa de contribuição?	Nº Absoluto	%
Sim	12	86%
Não	02	14%
Total	14	100%

Tabela 24: O (a) senhor (a) paga alguma taxa de contribuição? – VB
Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

O (a) senhor (a) faz alguma contribuição para a previdência social?	Nº Absoluto	%
Sim	01	7%
Não	13	93%
Total	14	100%

Tabela 25: O (a) senhor (a) faz alguma contribuição para a previdência social? – VB
 Fonte: Pesquisa de Campo – Junho/2011

A previdência social no Brasil, de caráter contributivo, dá acesso aos direitos de proteção social aos trabalhadores, mesmo de maneira individual através do trabalho autônomo, ou por meio do desconto em folha dos empregados formais. No que se refere a essa questão, a pesquisa nos mostra o pouco interesse dos VB na inserção na previdência social, com vistas a terem garantias de proteção ao seu trabalho.

Por outro lado, mesmo que estes não assegurem individualmente suas compensações, observamos que o Estado vem sendo omissivo quanto às garantias trabalhistas a essa classe, mesmo que esses ainda não sejam constituídos em entidade jurídica, não podemos ser coniventes com o desrespeito à dignidade do cidadão que precisa desta atividade para sobreviver.

Tendo em vista que como sujeitos de direitos estes precisam do amparo legal, através da proteção trabalhista, haja vista, que atualmente nas regiões metropolitanas do Brasil, segundo pesquisa realizada pelo PNUD⁴, o emprego informal tira mais pessoas da pobreza. Por outro lado, nos momentos de crise o índice desses trabalhadores caírem na pobreza por estarem desprovidos de proteção, é bem elevado.

3.3 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRABALHO INFORMAL

Conforme Sena (2002, p. 199), uma das formas de mostrar a estrutura de funcionamento da informalidade consiste na capacidade de ocupar espaços públicos e dar a este uma dimensão econômica que se reverte na “posse” deste local, bem como a questão do livre trânsito da população nas ruas e calçadas de uma cidade.

Segundo Leão (2009, p. 97), uma das formas de controle do Estado para o setor informal consiste na concessão de licenças (alvarás) para o seu devido funcionamento, mas a grande maioria dos ambulantes alega que a Prefeitura não concede o alvará de

⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/noticias>. Acesso em: 20/07/11.

funcionamento para tais atividades e ainda atua de forma repressiva, com a apreensão das mercadorias e a supressão das atividades.

A situação exposta encontra ressonância nos estudos de Sena (2002, p. 202 – 203), onde esta afirma que as dificuldades em organizar o setor informal residem, justamente, nos entraves internos promovidos pela burocracia do Estado e pelo descumprimento da lei dentro de sua própria estrutura.

De acordo com o que foi observado em nossa pesquisa de campo, uma das principais questões esbarra, também, no desestímulo para a obtenção da licença, além da abordagem feita por agentes do Poder Público, caracterizadas pelos trabalhadores muitas vezes de truculenta e desrespeitosa, chegando ao ponto de existir, inclusive abuso de poder por parte destes agentes com o uso de ação física de forma violenta.

Conforme expõe Leão (2009):

Na cidade de Macapá, o Poder Público apresenta duas abordagens completamente diferentes no que diz respeito à implementação de políticas públicas para o setor informal. Enquanto o Poder Público Municipal na atualidade trabalha com a abordagem direta e com as tentativas de regulação do setor, o Poder Público Estadual empunha a bandeira do empreendedorismo e da perspectiva da geração de emprego e renda para a população pobre, além de contar com um amplo leque de programas sociais de caráter assistencialista (LEÃO, 2009, p. 97).

Em relação à atuação do governo estadual, convém lembrar que várias medidas de ordem paliativa foram tomadas com o objetivo de reduzir o quadro de miséria social e de pobreza deste setor da população. Políticas como os programas de distribuição de renda como o Bolsa Escola, Bolsa Família e Vale-gás não atendem à totalidade dos trabalhadores informais de Macapá e ainda inferem no imobilismo e nas possibilidades de ocultação de informações sobre os verdadeiros ganhos dos trabalhadores do setor, pois eles chegam a omitir informações para poder continuar recebendo o benefício (LEÃO, 2009, p. 107).

Percebe-se atualmente que as políticas sociais que garantiriam os direitos estão cada vez mais desarticuladas, sem concretizar o mínimo estabelecido em lei.

Deste modo, expõe Pereira (1999).

Hoje, em lugar do compromisso governamental com o pleno emprego, com políticas sociais universais e com o provimento de mínimos sociais como direitos de todos, predominam políticas sociais residuais, casuais, seletivas ou focalizadas na pobreza extrema, como forma de amenizar os impactos desagregadores e destrutivos da nova questão social (PEREIRA, 1999, p. 47).

Segundo o Sr. Adamor Ferreira⁵, presidente da ASEA – Associação dos Ambulantes Autônomos e Similares do Estado do Amapá – desde o início de sua gestão a mesma associação vem tentando manter um maior contato com a PMM, mas esta vem se fechando para a Associação alegando que os mesmos apenas ocupam de forma irregular o espaço público.

Seu número de associados ainda é pequeno para as pretensões da ASEA, pois ainda são em número de 280 - 65% homens e 35% mulheres –, com destaque para o número excessivo de migrantes das mais variadas regiões do estado do Pará e do Nordeste Brasileiro que saíram de suas localidades em busca de melhores condições de vida ou mesmo de espaço para plantar, mas que esbarraram nos entraves burocráticos para ter acesso a terra e acabaram por inflar o mercado de trabalho no espaço urbano de Macapá. Segundo afirmação do presidente da ASEA, eles não trabalham com crianças entre os seus associados, pois tal atitude viria ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

A associação, apesar do pouco tempo de funcionamento, mantém parcerias com alguns órgãos do Poder Estadual como a SETE – Secretaria Estadual de Trabalho e Empreendedorismo, a SIMS – Secretaria de Mobilização e Inclusão Social e a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, pois segundo o Sr. Adamor é importante manter uma parceria constante com o poder público, pois assim se torna mais viável obter ganhos para a categoria.

A Associação tem o apoio do Projeto ‘Amapá Empreendedor’ que tem sido reorganizado pela atual gestão estadual, que inclusive repassou um modelo de padronização de quiosques a ser utilizado pelos ambulantes, o que na opinião do Sr. Adamor foi melhor do que a prefeitura fez pelo setor até agora.

Para ele, o mercado informal é o que fomenta a economia local e o movimento de mercadorias no comércio de forma real e constante, pois mesmo com um maior volume de negócios realizados no período de pagamento do Governo Estadual, é o trabalhador ambulante que a movimenta constantemente, já que tem que estar repondo o estoque interno continuamente, uma vez que a mercadoria deve ser de qualidade para

⁵ Desde então, o único Presidente da Associação. Tal explicação acontece pelo fato de que, em sua fundação, a ASEA era dirigida por uma espécie de junta diretora, que se encarregou, entre outras coisas, da regularização e legalização da Associação, da elaboração do estatuto e do regimento interno, bem como outras questões burocráticas. Em 2004, foi realizada a primeira eleição e, desde então, o Sr. Adamor é o único presidente da ASEA.

poder chegar ao consumidor e, na maioria das vezes, estes produtos são perecíveis e de curta duração.

Quanto à alegação de que o trabalhador informal não paga imposto, ele refuta esta informação, pois segundo ele, tudo o que eles compram está com impostos incluídos e, com a circulação de mercadorias eles indiretamente pagam impostos. Para ele, quem são os maiores sonegadores de impostos são os grandes grupos empresariais, que ficam anos sem pagar e ainda alguns – com o intuito de garantir emprego e renda – são isentos de impostos.

Durante nossas pesquisas preliminares, ao analisarmos nosso objeto de estudo, podemos identificar que o mesmo surgiu através de uma política pública, projeto este que previa revitalizar e reestruturar a já então precária Praça Zagury, e visava também dar suporte aos trabalhadores que lá estavam e exerciam um comércio informal e sem organização social. Com a criação da Praça do Côco, veio a organização, a estruturação física, porém, segundo os próprios trabalhadores, o projeto não os favoreceu de maneira satisfatória, com muitas lacunas deixadas, apontadas pelos mesmos.

Quanto aos trabalhadores do entorno da PC, os ambulantes VB, a situação relatada por eles acerca de projetos para melhorias nas condições de trabalho, nos revela que houve a intenção de que os VB, também tivessem um espaço próprio e organizado assim como os trabalhadores da PC, porém, a falta de recursos fez com os mesmos ficassem de fora *a priori*, contudo, esses trabalhadores já estão com cadastro feito para um futuro projeto similar ao da PC.

Vale ressaltar que os próprios trabalhadores, acreditam que no projeto atual da PC, ainda há falhas, como por exemplo, a falta de banheiros, a falta de uma cobertura contra as chuvas, e também acerca da proibição da venda de certos produtos, como tira-gosto e outros tipos de bebidas alcoólicas, além de cerveja em lata, e do limite de horário, que segundo os mesmos, acaba por prejudicar seus faturamentos.

Acreditamos ser perfeitamente possível aliar a organização da cidade, com o desenvolvimento ordenado da economia popular, sem que se tenha que tirar os trabalhadores de seus postos de trabalho. Temos muitos exemplos no Brasil, um deles é o Mercado Ver-o-Peso em Belém do Pará, onde a metodologia de diálogo e intervenção do poder público foi adequada àquela realidade. Como exemplo suas obras de revitalização ocorriam no período noturno, para garantir que as atividades econômicas daquele logradouro transcorressem naturalmente durante o dia.

Visualizando estes dados, não podemos deixar de mencionar que apesar do crescimento da intervenção do Poder Estadual na área social, este tipo de paliativo assistencialista não resolve e tampouco erradica o problema da pobreza e da miséria social presentes no espaço macapaense, pois a estratégia ideal – e esta informação é fato sabido em todas as esferas governamentais – para tal é a implementação de políticas públicas inclusivas voltadas para a educação e para a geração de emprego e renda como forma de reduzir as desigualdades sociais presentes na cidade de Macapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o presente estudo, vemos que o mesmo possibilitou-nos compreender a categoria trabalho, na sua dimensão mais concreta, como atividade produtora de valor de uso, socialmente necessária ao homem, uma forma deste garantir a sua reprodução social. Para tanto, na construção de nossa análise foi preciso, abster-nos de formas pré - concebidas sobre o objeto investigado como pesquisadores e não mais executores da atividade informal, um desafio a ser alcançado, compreender cientificamente a realidade desta atividade, não mais como a conhecemos cotidianamente.

Com o intuito de visualizar um panorama mais aprofundado, do objeto investigado a “informalidade” na Praça do Côco, e em seu entorno, fez-se necessário a compreensão da sociedade em sua complexidade, a consolidação do sistema capitalista e as profundas mudanças que este vem enfrentando para sua manutenção. Haja vista que desde a década de 70, a exemplo da crise da superprodução, houve uma série de modificações no processo de produção que se refletiu no mundo do trabalho, provocando assim a desestruturação dos empregos formais e fomentando a informalidade.

Observando o Brasil, o mercado de trabalho na década de 90, teve resultado extremamente negativo, pois nesse período cresceu o número de desempregados. Neste aspecto o trabalho informal também pode ser compreendido como “questão social”, à medida que se configura historicamente nos problemas de acesso ao trabalho assalariado formal, que tem como resultado a reprodução da desigualdade, rebeldia e resistência do indivíduo.

O fenômeno da informalidade foi analisado a partir do modelo econômico capitalista, pois este representa ainda uma forma de tapar o aumento do desemprego, expondo o indivíduo ao trabalho desprotegido socialmente. Nessa compreensão, o trabalho informal também pode ser visto como resposta ao desemprego e aceitação do trabalho precário.

Pois, como foi possível ver em nossa pesquisa, para muitos o trabalho informal constituiu-se como saída ou a própria independência financeira, sendo uma forma de conduzir o sustento financeiro sem obedecer a um superior, no entanto, o trabalho informal é a mais antiga forma de exploração do homem, pois o trabalho geralmente é

solitário, mesmo sabendo que seu empreendimento depende de seu desempenho torna-se escravo de seu próprio sonho ou de sua autonomia.

Constatamos neste estudo que o setor informal na PC, assim como na cidade de Macapá em maioria é conduzido pelo provedor da família, que busca na pequena circulação de mercadoria o mecanismo para sobrevivência. É evidente que essa modalidade de trabalho ao invés de significar autonomia e livre atividade perante o capital, tem significado precarização e degradação das condições de trabalho, pois os trabalhadores, principalmente os vendedores de batata frita, ficam expostos às condições climáticas, sem qualquer forma de proteção e em condições insalubres, sendo que o trabalho é extremamente exaustivo, pois tem uma jornada de trabalho de 11 a 13 horas consecutivas, sem intervalos para descanso, feriados ou finais de semana.

No decorrer deste trabalho, verificamos que para esses trabalhadores não vigora mais o desejo de retornar para o setor formal ou saírem da informalidade, os dados mostraram que o trabalho informal para esses indivíduos se constitui como uma opção viável para se manterem no mercado e auferirem renda, ao invés de continuarem tentando um emprego formal, foi possível ainda constatar que a maior parcela dos entrevistados gosta do que faz.

Em referência a essa situação, podemos compreender que o fato desses indivíduos estarem na informalidade, decorre da mistificação do capital, pois como coloca (IAMAMOTO, 2008, p.53) “o capital em seu movimento de valorização produz a sua invisibilidade e a banalização do humano”, a forma como esse trabalhador recebe a informalidade, caracteriza a subordinação do homem ao capital.

É possível ainda compreender, que o capital humano, ainda é o único meio que as famílias pobres possuem para sua sobrevivência. Diante dessas constatações enfatizamos a necessidades de políticas sociais de base, como educação, para capacitar os setores que sofrem com o processo de exclusão social. Ainda podemos referir que a desqualificação do trabalho é um fator que exclui o trabalhador do mercado formal, como também configura uma forma de tapear a desigualdade que é inerente a realidade brasileira.

Segundo as informações presentes durante toda a construção deste trabalho, o trabalhador informal da PC e o trabalhador do seu entorno, é em sua maioria migrante, com baixa escolaridade, sem possibilidades de ingressar no trabalho formal voltado para

uma faixa mais escolarizada da população e pouco assistido pelos programas sociais voltados para a erradicação da pobreza organizados pelo poder público.

Enquanto cidadãos e cientistas sociais temos que refletir, investigar, apresentar e promover discussão de resultados de pesquisas e encaminhar aos poderes públicos para que possam criar, desenvolver e executar ações de políticas públicas, que vão ao encontro da realidade das condições de trabalho desses labutadores, pois a forma como estão expostos à informalidade não se resume somente em não pagar impostos, mas a forma como ela se expressa em insegurança e ausência da proteção/promoção social do Estado.

Nesse contexto, temos como possíveis propostas para o setor a realização de cursos de capacitação para os ambulantes, a real utilização do espaço urbano de Macapá como um espaço turístico organizado e com os ambulantes tendo um local próprio para a realização de suas práticas comerciais, como no caso dos VB, bem como a criação de políticas de controle e criação de políticas públicas voltadas para atender as necessidades destas pessoas excluídas do trabalho formal por parte dos Poderes Municipal e Estadual estabelecida através de um sistema de parcerias entre os vários setores e secretarias com os sindicatos ligados à luta dos ambulantes em busca de soluções racionais e dialogadas para o problema. Propostas essas de caráter simples, mas que poderão gerar um grande impacto econômico e social dentro do espaço urbano da cidade de Macapá.

Diante do exposto acerca dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes da Praça do Côco e de seu entorno, das perspectivas de futuro e tentativas de propostas estabelecidas com a finalidade de buscar uma possível solução para os problemas detectados, esperamos que esta análise tenha atingido o seu objetivo, que é o de se tornar relevante, não somente no âmbito acadêmico e científico, e sim na esfera pública, política e social, assim, estabelecendo um vínculo entre a Academia, os Poderes Públicos do Estado e os Trabalhadores Ambulantes, onde esta dissertação pode, de forma contundente, contribuir para analisar a realidade social de Macapá no que diz respeito as particularidades do seu mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Crise Capitalista Contemporânea e as transformações no mundo do trabalho**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo1, Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação - Apresentação de citações em documentos**. Rio de Janeiro: ABNT/Fórum Nacional de Normalização, 2003. 3 p. (NBR 10520).

CAVALCANTE, A. **Mais um lugar bonito em Macapá**. Disponível em: <http://www.alcilenecavalcante.com.br>. Acesso em 27/06/11.

CASTAÑEDA, D. Correndo atrás do pão de cada dia: um estudo sobre a identidade de trabalhador entre camelôs em Copacabana. Rio de Janeiro: UFF, 2004. In: GOMES, M^a de Fátima C. M. **O trabalho ambulante na globalização: resistência, lutas e alternativas para a transformação das condições de vida e trabalho**. Anais do Colóquio Internacional “Comércio, Culturas e Políticas Públicas em Tempos de Globalização”. Rio de Janeiro: 2005.

CLEMENTE, I. **Dos 7,23 milhões de desempregados em 99, 6,65 milhões (quase 92%) moram nas grandes cidades e suas periferias**. Folha de São Paulo. São Paulo, 9 ago. 2000. Caderno Dinheiro, p. B – 10. In: MOREIRA, J. C; SENE, de E. Geografia para o ensino médio: geografia geral e do Brasil: volume único. São Paulo: Scipione, 2002.

DIOCESE DE MACAPÁ. **Realidade migratória em Macapá e Santana**. Macapá (AP): Diocese de Macapá, 1995.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. de A. P. **O Amapá nos tempos do manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FIGUEIREDO, D. **A nova Praça do Côco**. Disponível em: <http://www.visualidadesdoamapa.blogspot.com>. Acesso em 27/06/11.

GOMES, M. et al. **Cidade, Transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

IBGE. **Pesquisa Economia Informal Urbana.** Macapá, 1997.

_____. **Pesquisa Economia Informal Urbana.** Macapá, 2003.

_____. **Pesquisa Economia Informal Urbana.** Macapá, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamento da Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: ATLAS, 2003.

LEÃO, R. D. C. **Trabalho Informal e Migração na Cidade de Macapá – Belém:** [s.n.], 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará - UFPA, Pós-Graduação Ciências Sociais.

LIMA, J. C. **Trabalho informal, autogestionário e gênero.** Sociedade e Cultura, vol. 9, num. 002, julho-dezembro, 2006, PP. 303-310 Universidade Federal de Goiás, Brasil.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro 1 – O processo de produção do capital. V. 1. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1998.

MENDONÇA, S. E. A. **Perspectivas do Mercado de trabalho para os próximos anos.** 22 de Nov. 2003. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/>> Acesso em 20/08/11.

MONTALVÃO, A. **A nova Praça do Coco é um espaço moderno e organizado.** Publicado em 29 de julho de 2010 – 11h59min. Disponível em: <http://www.malhadanoticia.com.br>. Acesso em 20/07/2011.

NERI, S. H. A. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP.** 2004. 173f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil/Recursos Hídricos) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 5.ed. São Paulo, Cortez, 2006.

NORONHA, E. G. **“Informal, ilegal e injusto: percepções de mercado de trabalho no Brasil”.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: vol. 18, nº 53, out. 2003.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”.** V. I – A Crise. Tradução: Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PASTORE, José O. **A Questão da Informalidade.** Disponível em: <http://www.josepastore.com.br>. Acesso em: 16/07/2011.

PEREIRA, P. A. P. **A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo1, Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999

PORTO, J. L. R. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000.** Macapá: SETEC, 2003.

RAMOS, Ivane. **Urbam retira ambulantes da área próxima ao muro de arrimo da Beira Rio.** Macapá/AP, Jornal do Dia, 22/10/2005.

REGO, J.M.; MARQUES, R.M. (org.). **Economia Brasileira.** 2.ed. São Paulo; Saraiva 2003.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.** SP: Makron Books, 1996.

SANTOS, A.C.R. **Geografia do Amapá: A (re) produção do espaço Amapaense.** 2. ed. Macapá, 2004.

SENA, A.L. **Trabalho informal nas ruas e praças de Belém: Estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios.** 2002. Monografia (Especialista em Economia do Trabalho). Centro Sócio-Econômico. Universidade Federal do Pará, 1997.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SUISSO, F. **Trabalho informal no Brasil contemporâneo.** 2006. Disponível em <http://www.fpa.org.br>. Acesso em 05/06/2011.

TAVARES, M. A. **Os fios invisíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS
SOCIAIS

FORMULÁRIO DE PESQUISA
PROJETO: O TRABALHO INFORMAL NA PRAÇA DO CÔCO E EM SEU
ENTORNO NA CIDADE DE MACAPÁ

DADOS PESSOAIS

1 – Idade: _____

2 – Sexo: 1 – () F 2 – () M

3 – Local de Nascimento:

1 – () Macapá 2 – () Interior do Estado _____
 3 – () Outro Estado _____

4 – Estado Civil:

1 – () Solteiro (a) 2 – () Casado (a) 3 – () Outro _____

5 – O Senhor (a) se considera de que cor?

1 – () Pardo (a) 2 – () Branco (a) 3 – () Negro (a)
 4 – () Amarelo (a) (indígena ou oriental)

6 – O (a) Senhor (a) tem filhos?

1 – () Sim 2 – () Não

7 – Quantos filhos o (a) Senhor (a) tem?

1 – () 01 a 02 Filhos 2 – () 03 a 04 Filhos
 3 – () 05 a 06 Filhos 4 – () Mais de 06 filhos

8 – Alguma outra pessoa na sua família trabalha?

1 – () Sim 2 – () Não

9 – Quem é a outra pessoa que trabalha?

1 – () Pai 2 – () Mãe
 3 – () Marido/Mulher 4 – () Filho(s)
 5 – () Outro _____

10 – Posição do ambulante na família:

- 1 – () Chefe (Homem)
- 2 – () Chefe (Mulher)
- 3 – () Esposa (Complementação de Renda)
- 4 – () Marido (Complementação de Renda)
- 5 – () Filho

ESCOLARIDADE

11 – Até que série o (a) Senhor (a) estudou?

- 1 – () 1º grau incompleto
- 2 – () 1º grau completo
- 3 – () 2º grau incompleto
- 4 – () 2º grau completo
- 5 – () 3º grau incompleto
- 6 – () 3º grau completo

SITUAÇÃO SOCIOECONOMICA DA FAMILIA:

12 – Condições de moradia: () Própria () Alugada () Cedida

13 – Tipo de moradia: () Alvenaria () Madeira () Mista

14 – Área de moradia: () Terra Firme () Área de Ressaca

15 – Qual é a média de renda mensal da família?

- 1 – () Até 01 salário mínimo
- 2 – () Até 02 salários mínimos
- 3 – () Mais de 02 salários mínimos

TRABALHO ATUAL

16 – Por que o (a) Senhor (a) começou a trabalhar como ambulante?

- 1 – () Ficou sem trabalho e não conseguiu mais emprego
- 2 – () Deixou seu trabalho anterior para começar a trabalhar como ambulante
- 3 – () Para completar a renda, pois tem outra atividade
- 4 – () Queria trabalhar por conta própria
- 5 – () Outros _____

17 – O seu trabalho como ambulante representa:

- 1 – () A sua principal fonte de renda
- 2 – () Uma fonte de renda complementar
- 3 – () A fonte de renda da família

18 – Há quanto tempo o (a) Senhor (a) está trabalhando como ambulante?

- 1 – () Até 01 ano:
- 2 – () De 01 a 05 anos
- 3 – () De 05 a 10 anos
- 4 – () Mais de 10 anos

19 – O (a) Senhor (a) trabalha:

- 1 – () Todos os dias
- 2 – () Dias alternados

20 – Quantas horas por dia normalmente o (a) Senhor (a) trabalha? _____

21 – O (a) Senhor (a) está procurando outro trabalho? 1 – () Sim 2 – () Não

22 – Por quê?

- 1 – () Porque as condições físicas de trabalho na rua são difíceis
- 2 – () Porque ganha pouco
- 3 – () Outros _____

23 – Sobre o trabalho na PC e em seu entorno, em sua opinião:

- 1 – () A concorrência entre os vendedores aumentou
- 2 – () As condições físicas de trabalho estão piores
- 3 – () As condições físicas de trabalho estão melhores
- 4 – () A fiscalização tem dificultado as vendas
- 5 – () Esta difícil atrair consumidores
- 6 – () Outros _____

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

24 – O (a) Senhor (a) é filiado (a) em algum sindicato e/ou cooperativa?

1 – () Sim 2 – () Não

Qual? _____

25 – O (a) Senhor (a) paga alguma taxa de contribuição?

1 – () Sim 2 – () Não

Qual valor? _____

26 – O (a) Senhor (a) faz alguma contribuição para a previdência social?

1 – () Sim 2 – () Não